

CADERNO PEDAGÓGICO

educação em economia solidária e autogestão

MXM Gráfica e Editora

Av. Chico Science, 301, CEP 53320-105 Bultrins – Olinda (PE)

Telefax: (81) 2138-0800

Cel: (81)99161-6437 / (81) 99640-8935



ATRIBUIÇÃO

NÃO-COMERCIAL

COMPARTILHA IGUA

COLETÂNEA
EDUCAÇÃO POPULAR
E ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO NORDESTE

CADERNO PEDAGÓGICO

educação em economia solidária e autogestão

Ana Dubeux Hugo Dubeux

CENTRO DE FORMAÇÃO E APOIO À ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DO NORDESTE — CFES/NE

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA

José Nunes da Silva (coordenador institucional), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros e Mônica Vilaça da Silva (coordenação pedagógica), Edivaldo Felix de Almeida Cavalcanti (gestão administrativa)

EQUIPE EDITORIAL

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Maria Dubeux, José Nunes da Silva, Mônica Vilaca da Silva

AUTORA E AUTOR DO TEXTO EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: OLHARES A PARTIR DAS PRÁTICAS DE PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO NO NORDESTE

Ana Dubeux | Doutora em sociologia, professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC-UFRPE) e do Centro de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária. Possui experiência de mais de 20 anos em educação popular, realizando processos de pesquisa-ação em torno da temática da construção do conhecimento em agroecologia e economia solidaria

Hugo Dubeux | Mestrando em geografia

pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bacharel em geografia pela mesma universidade e membro do Coletivo Aimirim e do Grupo de Pesquisa em Inovação, Tecnologia e Território (GRITT-UFPE). Estuda, desde a graduação, sob a perspectiva da geografia, a temática da economia solidária.

REVISÃO

Mariana Pires Santos

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Thiago Liberdade

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Souza e Gabriela Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE Biblioteca Central, Recife — PE, Brasil

D485e Dubeux, Ana.

Educação em economia solidária e autogestão / Ana Dubeux, Hugo Dubeux. – 1. ed. – Recife: MXM

Gráfica e Editora, 2018.

96 p.: il. – (Coletânea educação popular e economia solidária no Nordeste)

Inclui referências.

ISBN 978-85-65501-56-9

1. Educação popular 2. Economia solidária

3. Autogestão

I. Dubeux, Hugo II. Título

7 Apresentação

11 Introdução

- 21 Autogestão e economia solidária: um olhar a partir de experiências do nordeste
- **34 RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO** As Tototós: experiências e práticas na perspectiva da Economia Solidária
- **36** Resumo da Pesquisa-Ação Rede Sabor Natural do Sertão: uma trajetória de lutas e organização dos empreendimentos econômicos e grupos solidários no território do Sertão do São Francisco
- RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO A prática de autogestão do Fundo Rotativo Solidário da rede GREPS
- O universo metodológico da pesquisa-ação: um olhar a partir das pesquisas analisadas
- Em busca de uma investigação democrática e popular na América Latina
- 47 Um ser sentipensante: a pesquisadora e o pesquisador da educação popular
- Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR
- RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO O fazer autogestionário por mulheres:

 a experiência com a autogestão da produção e comercialização da

 Associação de Mulheres Passo Firme e Cooperativa de Confecção de

 Artefatos Têxteis Passo Firme

- RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO Mãos na massa: a experiência da padaria-escola
- Autogestão: dialogando com a realidade das pesquisas-ação
- As organizações econômico-solidárias e as relações com o sistema: impactos na autogestão
- 81 A institucionalização e o financiamento
- Planejamento, monitoramento e avaliação das atividades
- Que lições tiramos dessa experiência?
- **93** Referências

Apresentação

O Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. Ele é fruto das conquistas da ação política e pública realizada pelo FBES, em particular das educadoras e educadores que compreendem que a economia solidária carrega consigo um processo de educação que constrói outra economia a partir do chão de vida e trabalho de quem a pratica no meio urbano e rural. Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, as delegadas e delegados aprovaram a criação de um Centro de Educação em Economia Solidária (formação e assessoria) com vista a disputar os recursos públicos para este fim.

O CFES tem uma atuação regional e nacional com o objetivo de formar educadoras e educadores em Economia Solidária que trabalhem com formação, a assessoria técnica, a elevação de escolaridade, a inclusão digital e o acesso às tecnologias pelas trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2009.

A primeira fase do CFES foi de 2009 a 2012, e a segunda de 2013 a março de 2018. Nas duas fases o CFES-NE teve a coordenação institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a responsabilidade do Departamento de Educação, resultado de seleção de editais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe ressaltar que desde o seu nascedouro, o CFES-NE foi orientado pela ação político-pedagógica das representações das educadoras e educadores, pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e outras Redes e Movimentos Sociais, componentes do Conselho Gestor.

O Nordeste (NE) tem uma longa tradição na construção de ideais e práticas de educação popular e libertadora. Diante disso, buscamos trazer as pessoas e organizações envolvidas com a construção de outras pedagogias e metodologias para gestar e parir um conhecimento que, inspirado em nosso contexto territorial e nos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, nos dê conta de fazer uma outra economia, baseada em relações sociais de cooperação, solidariedade, equidade de gêneros, respeito à nossa cultura e espiritualidade, de amorosidade e harmonia com os outros seres vivos que compõem nossa casa e nosso mundo.

As atividades realizadas reuniram: apoio a articulação das educadoras e educadores em economia solidária, seminários regionais, oficinas locais, cursos estaduais e regionais e publicações.

Os três Cursos Regionais de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária foram realizados por polos, com a junção dos seguintes estados: polo Maranhão, Piauí e Ceará; polo Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco; polo Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos aconteceram no período de julho de 2015 a agosto de 2016, com o envolvimento das redes, coletivos e núcleo de educadores e educadoras populares dos estados da Região, entre outros movimentos populares e instituições.

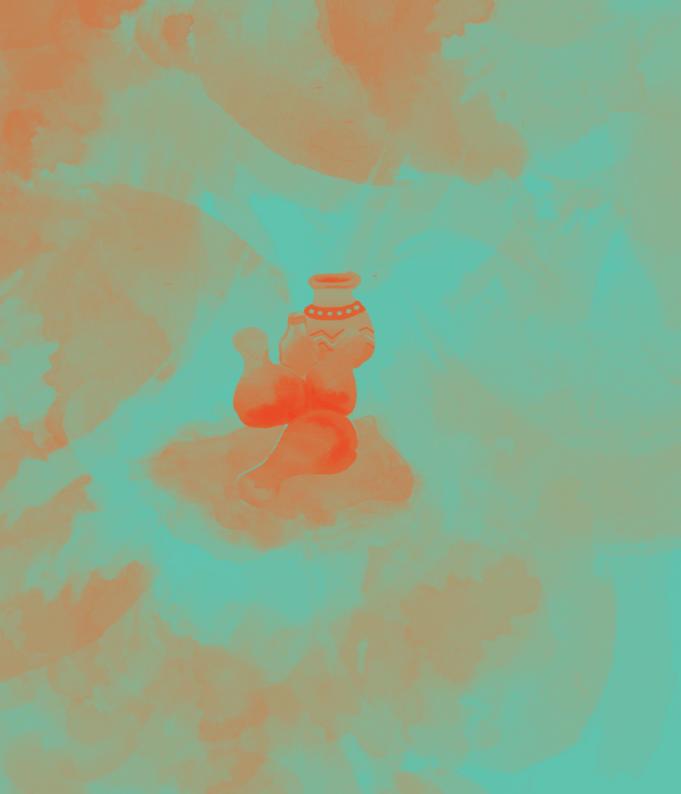
A partir do exercício metodológico e pedagógico sobre o que estudar, como estudar e porquê estudar, na construção autogestionária do currículo, as participantes e os participantes destes cursos definiram os temas e pesquisas que consideravam importantes para a educação em economia solidária no NE, e um deles foi o tema da autogestão. É importante registrar que foi sobre este tema o maior número de pesquisas-ação realizada, e que se pode ver no Quadro I que detalha os títulos, territórios e equipes de pesquisa e suas respectivas orientações metodológicas, na

introdução ao estudo elaborado por Ana Dubeux e Hugo Dubeux que escreveram o texto desta publicação.

O desafio maior tem sido realizar um exercício que reúna a experiência prática com aprofundamentos conceituais, teóricos e metodológicos sobre e para a **pedagogia da autogestão**. Esta temática, muito importante para o movimento de economia solidária, ainda carece de muitos estudos. Professoras e professores do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a equipe que coordenou o CFES em suas duas fases e as educadoras e educadores populares em economia solidária do Nordeste veem buscando produzir reflexões críticas sobre a autogestão que trazemos para este caderno.

Boa leitura

Alzira Medeiros e Mônica Vilaça COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DO CFES-NE





O que aqui apresentamos é uma tentativa de análise e síntese dos conteúdos, debates e problemas encontrados pelas educadoras e pelos educadores que realizaram as pesquisas-ação, a partir da leitura dos seus relatórios. O texto reflete também as dúvidas e questões que apareceram no diálogo dessas educadoras e desses educadores com as iniciativas de economia solidária, ao problematizar sua realidade, se autoproblematizar e problematizar seus pares durante os cursos regionais de que participaram no âmbito da pesquisa-ação. Esta prática reafirma a célebre frase de Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*, escrito em 1970: "ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens [e mulheres] se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo".

Existem poucos estudos que analisam a autogestão praticada pelas iniciativas de economia solidária com as características da região Nordeste, em que a cultura do trabalho é muito mais vinculada ao modo de ser, agir e viver (uma lógica) do campesinato, de quilombolas, indígenas, pescadoras e pescadores, ribeirinhas e ribeirinhos, artesãs e artesãos, entre outras e outros trabalhadoras e trabalhadores autônomas e autônomos, sendo as mulheres a maior parte desses grupos. Estas práticas se diferenciam de algumas iniciativas urbanas, ou daquelas vinculadas às indústrias recuperadas do Sul e Sudeste, que têm alimentado as pesquisas sobre autogestão no Brasil.

O tema aparece como uma espécie de linha para costurar o processo pedagógico da educação em economia solidária. Investigar a pedagogia da autogestão e a autogestão da pedagogia nos traz os desafios encontrados pelas trabalhadoras e trabalhadores, no dia a dia de suas atividades, ao se depararem com a organização do trabalho associado que se choca com certo conhecimento sobre o trabalho para o qual fomos educadas/os e que não é baseado na lógica da autogestão. Ao mesmo tempo, a experiência dessas pessoas, desde a concretude dos desafios que

vivem neste processo, é o tempero que alimenta a vivência educativa, no sentido de buscar respostas para as dificuldades encontradas e apontar caminhos coletivos para sua superação.

Assim, este caderno inspira-se nas seis pesquisas-ação realizadas por 11 mulheres e 1 homem, com diferentes sujeitos, expressões da economia solidária em cinco estados do Nordeste. O Quadro 1 abaixo mostra os títulos dos trabalhos, suas autoras e autores, bem como os territórios e estados da região onde foram elaborados:

QUADRO 1 Pesquisas-ação sobre autogestão

TÍTULO DOS TRABALHOS	AUTORAS E AUTOR	ORIENTADORAS	LOCAIS
As Tototós: experiências e práticas de Economia Solidária	Maria da Conceição Nunes Almeida	Alzira Medeiros	Barra dos Coqueiros, território de Bacia Hidrográfica dos rios Sergipe e Japaratuba – SE
Estratégias de Organização em Rede	Gizeli Maria de Oliveira e Lise Maria Braga Guimarães	Alzira Medeiros	Comunidades rurais de Canudos, Uauá, Curaçá Paulo Afonso e Juazeiro – BA
A prática da autogestão do Fundo Rotativo Solidário da Rede Grupo Regional de Economia Popular e Solidária (GREPS)	Adriana de Jesus Brito Aquino Costa e Aline Alves Soares Santos	Alzira Medeiros	Senhor do Bonfim – BA

TÍTULO DOS TRABALHOS	AUTORAS E AUTOR	ORIENTADORAS	LOCAIS
Fortalecendo a autogestão das mulheres da Cooperativa de Costureiras e Artesãs de Parnamirim (CCAPAR) O desafio da autogestão da produção e comercialização da Associação de Mulheres Passo Firme e da Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme (COOPFIRME) no território Parque Genibaú	Maria Katiana Barbosa da Silva e Ana Paula dos Santos Rosiana Queiroz e Isabel Cristina Forte	Mônica Vilaça Alzira Medeiros	Parnamirim-RN. Território Terras dos Potiguaras Parque Genibau, Fortaleza – CE
Trabalhando com o grupo Mãos na Massa	Eunice Costa e Carlos Paiva	Mônica Vilaça	Cidade Olímpica, São Luiz – MA

Se observarmos os sujeitos analisados pelas pesquisas, podemos concluir que eles refletem as características dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Nordeste que se diferenciam das iniciativas do Sul e Sudeste. Em primeiro lugar, **o associativismo é a marca central** de tais empreendimentos. Não estamos falando de cooperativas ou empresas recuperadas, embora, em alguns casos, as cooperativas estejam presentes, nem sempre indicando sinal de melhores condições de trabalho, e, sim, muitas vezes, de única saída para os problemas cotidianos que enfrentam.

Outra característica interessante é que dois dos grupos pesquisados são exclusivamente compostos por **mulheres**, mas praticamente em todos os trabalhos a questão de gênero apareceu como importante problemática a ser enfrentada pelos grupos.

Além disso, é importante ressaltar que quatro das **iniciativas estudadas são rurais**, refletindo a vinculação existente entre a economia solidária e o campesinato no Nordeste brasileiro.

No que diz respeito à relação com os diversos **territórios** envolvidos, percebemse diferentes escalas, o que remete à discussão sobre o que é o território para a economia solidária. Como temos trabalhado este conceito? Será que os grupos conseguem ampliar sua intervenção do nível local até outros mais ampliados? Como é a relação com o território e com as realidades comunitárias? A ação contribui ou não para fortalecer os processos autogestionários dos grupos? As pesquisas foram realizadas em dois territórios urbanos e em quatro territórios rurais, mas, apesar das diferentes territorialidades e problemáticas envolvidas, foram encontradas muitas semelhanças nos desafios e incertezas vividos na prática da autogestão.

A leitura dos resultados das pesquisas-ação nos indica que ainda há muito por fazer para que as iniciativas econômicas solidárias possam exercer plenamente a autogestão. Fica clara a importância dos processos educativos, essenciais para que esta utopia se torne realidade. Isso porque estamos falando de mudança de mentalidade, de construção de uma nova cultura do trabalho, ou, mais que isso, de construção de uma outra economia, baseada em valores de justiça, equidade, cooperação, participação e solidariedade. Isso significa "nadar contra a corrente" do capitalismo, que impregna as relações de trabalho no cotidiano a partir da lógica do assalariamento, e construir a lógica econômico-solidária no dia a dia das relações. Para além disso, conforme Luís Razeto, em 1991, uma economia não é solidária porque as pessoas são boas ou generosas, mas quando o trabalho e a comunidade são os fatores que determinam a dinâmica da produção.

Este caderno apresenta, então, uma análise das reflexões de educadoras e educadores populares sobre a autogestão. Os conteúdos e debates aqui trazidos têm por fonte as pesquisas, mas não se trata da publicação dos relatórios produzidos pelas respectivas equipes de estudo. Aqui buscamos sistematizar o que consideramos relevante e expor algumas questões que ficaram ainda em aberto para futuros mergulhos no cotidiano das experiências com a ação educadora popular. Neste sentido, elegemos alguns aspectos que são transversais a todos os textos e que, portanto, fundamentam o caderno. Assim, os textos podem ser agrupados em alguns temas considerados centrais para que o trabalho associado, a autogestão e a pedagogia da autogestão aconteçam. Estes temas são:

• Economia solidária e Economia capitalista

Necessidade de entendimento real do que é a economia solidária e de seus ideais, que devem ser efetivamente compartilhados por seus membros. Há de fato uma dificuldade de desligamento da lógica empresarial capitalista para funcionar sob os preceitos da autoqestão, numa perspectiva mais horizontal.

• O exercício ético

O exercício da autogestão passa, ainda, pela construção da ética na economia solidária, em que democracia, solidariedade, justiça e equidade, entre outros valores, são essenciais.

• Sentimento de pertencimento / Identidade

Criar sentimento de pertencimento entre as e os integrantes para que uma identidade coletiva e autogestionária fomente os processos da iniciativa econômica solidária

ASPECTOS RELATIVOS ÀS ORGANIZAÇÕES

Institucionalização e financiamento das organizações

A ausência de um marco jurídico para a economia solidária submete os EES a grandes dificuldades na institucionalização, o que muitas vezes os obriga a se manter na informalidade.

• Quadro "legislativo" interno

Criação de normas e regras que orientem as atividades do grupo.

• Planejamento, monitoramento e avaliação

Planejar as atividades coletivamente e seguir o planejamento, inclusive com monitoramento e avaliação, definindo a responsabilidade de cada pessoa.

Como podemos observar, em todos estes temas, o papel da educação para a cooperação é essencial. Este é o foco principal da nossa reflexão a partir da educação popular e da pedagogia da autogestão.

Desejamos a todas e a todos uma ótima leitura!





um olhar a partir de experiências do nordeste

Em boa parte das pesquisas que embasam este caderno, um fenômeno interessante aconteceu. As educadoras e os educadores populares iniciaram o contato com os grupos acreditando que iriam trabalhar, por exemplo, com temas como violência, questões de gênero ou, ainda, de juventude. Mas após as primeiras conversas, o que ficou claro é que o principal problema estava nos desafios da autogestão. Só que os escritos voltados para educadoras e educadores populares sobre a temática são escassos e, mesmo se consultarmos a literatura mais acadêmica (como, por exemplo, os livros de Paul Singer, publicados em diferentes datas, o de Lia Tiriba, publicado em 2007, e o de Cláudio Nascimento, de 2017, todos listados nas referências, no final deste texto), veremos que poucos tratam da realidade do Nordeste. E em que esta realidade é diferente das demais regiões?

A principal diferença é a tradição associativa que implica em reconhecer que a experiência do Nordeste, em termos da economia solidária, está relacionada majoritariamente a uma cultura de trabalho e de relações sociais vinculadas aos povos originários e tradicionais e às suas lutas. Portanto, o trabalho e sua gestão têm raízes nas relações de vizinhança, comunitárias e de parentesco. Estamos vivenciando tradições de economias que resistem ao capitalismo e a suas regras, em que, por exemplo, as práticas de mutirão e ajuda mútua e os laços de proximidade ainda estão presentes, embora cada vez mais atacados pelo avanço do capitalismo que transforma nossas vidas em mercadoria.

Os povos originários e tradicionais no Brasil, e especialmente no Nordeste, vivem um processo constante de resistência e afirmação dos seus modos de vida, e não apenas na defesa de seus produtos no mercado de compra e venda, principalmente, de alimentos. O conflito destes povos não se vincula necessariamente à sua exclusão do mercado formal de trabalho, com as crises de desemprego. O conflito com o capitalismo e seus diferentes modelos de desenvolvimento se dá na luta por

suas terras, pelo acesso à água e pela demarcação de seus territórios, sem os quais não há vida. Essa luta e essa resistência se dão também na disputa por recursos públicos para o financiamento da produção, pela educação no campo, entre outras questões.

Para a economia solidária, o território é onde se articulam ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço onde se desenvolvem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e os laços de identidade. Dessa maneira, cada território carrega as peculiaridades de sua região, expressando, assim, uma identidade. Compreender o território e as diferenças na prática ancestral da economia dos povos tradicionais e as questões que surgem no atual contexto do Nordeste e em sua relação com os modelos de desenvolvimento é crucial. A economia solidária não acontece se não conseguir vincular suas práticas com a identidade do território onde estão inseridas, pois olhar de perto onde as relações econômicas acontecem é fundamental para entender qual o sentido do que estamos construindo. Desde o início do trabalho do CFES, temos afirmado essa importância, e isso foi publicado por Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos em 2012, no livro A construção do conhecimento em economia solidária- sistematização de experiências no chão de vida e trabalho no Nordeste, páginas 27/28:

"Território é um espaço construído pelas relações sociais e pela história, é formado pelas identidades das pessoas, suas lutas, conquistas, derrotas etc., não é apenas uma base econômica, mas um espaço de relações humanas com histórias de cooperação, conflitos, de solidariedade, de subordinação e de resistências".

A autogestão é a construção coletiva para o diálogo, as definições e decisões na concretização da economia solidária. Seu objetivo é consolidar as iniciativas da economia solidária e, principalmente, as relações que elas estabelecem entre si na articulação de redes e nos processos de fortalecimento das lutas com os

EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA

Emancipação significa o ato de tornar-se livre ou independente. Mas o termo também está ligado à luta dos povos pelos seus direitos de igualdade ou, melhor dizendo, pelos seus direitos políticos na construção da cidadania. Este conceito se vincula à noção de autonomia, cujo significado, por sua vez, está relacionado com independência, liberdade, autossuficiência. Na economia solidária, para que a autonomia e a emancipação aconteçam, é preciso desenvolver a capacidade de viver em coletividade, respeitando os acordos feitos, com a responsabilidade necessária para não prejudicá-los. Assim, não é possível ser emancipado sem ser autônomo, e isso vale tanto para as pessoas quanto para os coletivos de economia solidária.

movimentos sociais. Autonomia, igualdade, justiça e solidariedade são alguns dos valores que orientam e dão base para a autogestão, permitindo processos emancipatórios.

Com este entendimento, percebemos que existe um processo educativo na autogestão que é fundamental para a consolidação de uma vivência em economia solidária que vai concretizando um outro modo de vida possível, em que todas e todos se engajam na construção coletiva. As atividades realizadas por meio da autogestão comprometem suas e seus participantes no processo de planejamento e realização, de forma que estejam diretamente envolvidas e envolvidos nos sucessos e malogros do trabalho associado. Elas são promotoras

de emancipação e autonomia, pois provocam a necessidade de construir coletivamente todos os processos que visam consolidar seres humanos e iniciativas econômico-solidárias

Analisando as seis pesquisas-ação anteriormente apresentadas, percebem-se alguns problemas que se repetem e são apontados pelos sujeitos analisados nas pesquisas e pelas pesquisadoras e pesquisadores quanto às vivências em autogestão. O contexto adverso de um mundo capitalista, competitivo e hierárquico indica a necessidade de uma desconstrução deste modo de vida para que se compreenda de fato o que é trabalhar e viver em autogestão, e para que seja possível caminhar na construção de um outro modelo de sociedade. Para tanto, é fundamental a democratização do acesso ao conhecimento, por meio da sistematização de outras experiências e processos educativos, de trocas de saberes e leituras sobre o tema. O debate sobre o trabalho autogestionário da economia solidária no Brasil ainda carece de profundidade.

Partindo do que foi dito acima, ressaltamos a importância do papel das educadoras e dos educadores populares, aqui compreendidas e compreendidos como pesquisadoras e pesquisadores, em apoiar e facilitar a construção participativa do debate sobre a autogestão, em conjunto com os sujeitos das iniciativas de economia solidária com os quais trabalharam. Destacamos aqui o trabalho importantíssimo de levantamento, junto com as e os participantes das diferentes iniciativas pesquisadas, acerca da compreensão e vivência de sua própria realidade. Este trabalho serve de subsídio para a reflexão e busca contribuir com a avaliação das formas como podem e devem acontecer processos educativos sobre esta e outras temáticas importantes, para a concretização dos ideais da economia solidária.

Nos debates e reflexões que aconteceram em todo o processo das pesquisas-ação, a tônica não foi a apresentação de soluções para os problemas encontrados, e sim a promoção de um caminhar coletivo na compreensão da realidade e na busca de alternativas conjuntas e que aqui estão sendo apresentadas, para que a leitora

e o leitor possam mergulhar conosco na realidade nordestina e compreender as dinâmicas dos coletivos investigados.

A primeira pesquisa tem por título *As Tototós: Experiências e práticas de Economia Solidária* e foi desenvolvida pela educadora popular Maria da Conceição Nunes Almeida. As tototós são embarcações de madeira movidas a motor que eram, até 2006, a única opção de locomoção entre Barra dos Coqueiros (SE) e Aracaju (SE). A maioria das pessoas que comandam estas embarcações são homens. As mulheres são apenas 3 (que herdaram suas embarcações dos maridos) e são poucos os jovens. Naquele ano, com a construção de uma ponte ligando Barra dos Coqueiros (SE) à capital, o histórico trabalho das embarcações foi afetado de forma negativa, ocasionando perda de passageiros.

Assim, a realização da pesquisa-ação foi motivada pela necessidade de ajudar as canoeiras e os canoeiros a buscar sustentabilidade econômica e de contribuir no processo de valorização histórica através de suas potencialidades. Trabalhando com os ideais da economia solidária, Maria da Conceição relata sua percepção da importância da existência de uma identidade no grupo para que o processo de autogestão possa ser estabelecido. Após vários encontros entre a pesquisadora e os sujeitos, percebeu-se também, conjuntamente, a necessidade de criar um documento que regimentasse as atividades do grupo, reunindo os direitos e deveres de seus membros, além de divisões de tarefas. Ou seja, um documento que guiasse o processo de autogestão. A pesquisa estimulou o empoderamento dos sujeitos, trazendo-os para o centro da questão e proporcionando uma reflexão sobre suas antigas formas de trabalho, a atual e a que almejam.

A pesquisa-ação que teve por título *Estratégias de Organização em Rede*, das educadoras Gizeli Maria de Oliveira e Lise Maria Braga Guimarães, buscou compreender e aprofundar o conhecimento acerca da Rede Sabor Natural do

Sertão (RSNS), que, como indica seu site na internet, é um espaço de discussão e articulação política que agrega organizações formais e informais de agricultores/ as, comunidades tradicionais e entidades de apoio à agricultura familiar no semiárido brasileiro. Segundo as educadoras, a Rede promove o fortalecimento de entidades e grupos que atuam na agricultura familiar e em comunidades tradicionais para a construção participativa dos processos produtivos e gerenciais para o desenvolvimento sustentável e solidário. A Rede foi criada a partir de trabalho desenvolvido pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), junto a mulheres moradoras das comunidades rurais de Canudos, Uauá e Curacá, na Bahia.

O objetivo inicial desta pesquisa-ação foi discutir as relações de gênero, a partir do papel e da participação da mulher e dos jovens nos espaços de decisão, seja no âmbito da família, da comunidade ou das organizações. No entanto, os encontros junto às e aos participantes da Rede indicaram que o maior problema era a sua formalização (institucionalização) e a falta de clareza sobre a relação com organizações coletivas e alguns grupos que não eram formalizados. O andamento do trabalho de pesquisa-ação mudou o entendimento sobre o problema e permitiu perceber a necessidade de um debate sobre como os empreendimentos que fazem parte da Rede Sabor Natural do Sertão veem a sua formalização e como têm participado do processo de transformação da Rede em uma cooperativa. Eles perceberam, a partir da reflexão proporcionada por esse debate, que existe uma pressão para a formalização da Rede e concluíram que isso poderia modificar as dinâmicas das relações entre seus membros, levando à perda do sentido de solidariedade e dos vínculos de proximidade e amizade, em favor de uma relação contratual mercantil.

Esta problemática nos mostra a importância da participação dos sujeitos das iniciativas na investigação sobre a sua realidade, indicando que este envolvimento

também é necessário para que os mesmos exerçam seu direito pleno na autogestão do trabalho associado, buscando a melhoria da qualidade de vida de acordo com sua realidade e necessidades. No entanto, mesmo com a mudança do problema inicial da pesquisa para se adequar às principais demandas dos sujeitos, as pesquisadoras fazem questão de pontuar a percepção do despertar do empoderamento feminino no interior das iniciativas econômicas solidárias.

O terceiro trabalho aqui apresentado foi intitulado pelas autoras Adriana de Jesus Brito Aquino Costa e Aline Alves Soares Santos como *A prática da autogestão do Fundo Rotativo Solidário da rede GREPS*. A rede GREPS (Grupo Regional de Economia Popular e Solidária) está localizada no território diocesano de Senhor do Bonfim, na Bahia, e envolve trabalhadoras e trabalhadores rurais que praticam extrativismo, agropecuária, beneficiamento de frutas, entre outras atividades. A história dessas pessoas é marcada pela atuação em organização comunitária e em lutas por terra, acesso à água e outros direitos. Outro ponto importante é a influência religiosa, através da participação das e dos integrantes da rede em vivências junto às CEB (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica), à Pastoral da Criança e a outras pastorais, que desenvolvem atividades solidárias que, somadas a outras ações de mesmo tipo, mas estimuladas por entidades não religiosas, fortalecem o sentimento de comunidade

A pesquisa-ação buscou aprofundar o compromisso da participação coletiva nos processos de gestão e estimulou o estudo e reflexão sobre as diferentes compreensões e as distintas responsabilidades vividas pelas personagens dessa história sobre a prática da autogestão. As autoras relatam que a gestão se dava de forma coletiva e autogestionária, mas sem um roteiro que guiasse e garantisse a continuidade da experiência.

A rede GREPS possui histórico processo de vida comunitária, mas algumas e alguns de suas e seus participantes não se sentem envolvidos no debate da economia popular e solidária por acreditarem que existem aquelas e aqueles que se aproximem mais dessa discussão; outras vezes, alegam um certo distanciamento entre as representações e sua base, o que resulta na acomodação de certas entidades da Rede, na espera de que alguém exerça essa coordenação mais coletiva de suas estratégias de ação. Os laços comunitários estão presentes, mas, por si só, não são suficientes para viabilizar a participação de cada uma e cada um nos processos de autogestão, faltando um debate que aprofunde as aprendizagens sobre a autogestão que envolva todas e todos acerca da Economia Solidária, e que construa os meios e acordos de convivência que facilitem de forma mais organizada a clareza sobre os compromissos e responsabilidades para o exercício da autogestão.

O quarto trabalho, Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR, escrito por Maria Katiana Barbosa da Silva e Ana Paula dos Santos, tratou sobre a Cooperativa de Costureiras e Artesãs de Parnamirim (CCAPAR), que tem sua sede no município de Parnamirim-RN. A pesquisa-ação buscou auxiliar nas formas de trabalho das cooperadas e na socialização de saberes sobre a política de economia solidária e seus princípios. Um dos problemas apontados pela pesquisa foi o da entrada na cooperativa, por influência de assistentes sociais, de artesãs e artesãos que não estavam vivenciando a construção da economia solidária, do trabalho coletivo, cooperativo e da autogestão. Isso causou um choque com as demais cooperadas com relação à forma de trabalhar.

As novas integrantes da cooperativa não conheciam a dinâmica da economia solidária e, portanto, tiveram bastante dificuldade de se integrar ao grupo. Este é mais um caso que demonstra a necessidade de um processo educativo acerca do trabalho autogestionário e coletivo para que este aconteça de forma menos

problemática. Ademais, a educação em economia solidária também é essencial para a compreensão real de um outro modo de vida possível. Um dos exemplos elencados pelas autoras, que corrobora esta afirmação, é a alegação de que as cooperadas muitas vezes se associam e, quando conseguem máquinas próprias, deixam de participar da cooperativa, acreditando que sozinhas podem ter maior geração de renda, o que reproduz a lógica do capitalismo impregnado nas visões de mundo das participantes.

Importante problema também apresentado, e que se repetiu em outras pesquisas, é o fato de a equipe de gestão ser pequena e sempre acumular suas tarefas na cooperativa com atividades pessoais e produtivas, tendo pouco tempo para conseguir se dedicar de forma plena a todas estas atividades. As cooperadas precisam adquirir uma visão de mais longo prazo para conseguir compreender a importância das atividades de gestão para a sustentabilidade do empreendimento. Além disso, o coletivo tem de dar suporte para que estas consigam conciliar as atividades produtivas e de gestão e ter rentabilidade no fim do mês para seu sustento. Os relatos das cooperadas indicam, ainda, a importância da vivência do trabalho coletivo, do sentimento de pertença, do apoio produtivo e emocional que o grupo oferece, o que contribui muitas vezes para lhes fortalecer para a luta contra situações machistas e opressoras do cotidiano. Essa é a real essência do que se busca com o trabalho em economia solidária, a proposta de uma vida mais coletiva, mais solidária, mais humana, em que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos de cidadania.

A pesquisa seguinte, realizada por Rosiana Queiroz e Isabel Cristina Forte, tem como título *O desafio da autogestão da produção e comercialização da Associação de Mulheres Passo Firme e Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme – COOPFIRME no território Parque Genibaú* e, como já indicado, trata sobre dois empreendimentos (Associação de Mulheres Passo Firme e COOPFIRME) localizados

no Parque Genibaú, em Fortaleza-CE. Ambos são formados principalmente por mulheres adultas e idosas, com forte influência da Igreja Católica através das CEBs. As pesquisadoras escolheram tal localidade por já terem atuado no território enquanto agentes da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, tendo, assim, certa familiaridade com as pessoas e com o local. A princípio, elas pensaram em desenvolver as atividades de pesquisa em torno da temática da violência urbana, questão que sabiam estar presente naquele local, atuando como desagregadora e empecilho para a construção do Bem Viver. No entanto, após diversas reuniões, apesar das queixas em relação à insegurança, os problemas para os quais as cooperadas mais demandaram apoio referiam-se à autogestão da produção e da comercialização de seus produtos, fazendo com que as pesquisadoras alterassem o tema de pesquisa para se adequar à necessidade das participantes.

Dentre os relatos de problemas que dificultam a autogestão dos empreendimentos, percebemos semelhanças com os apontamentos de outras pesquisas: ausência de planejamento das atividades a longo prazo e de um regimento interno que guie a rotina das trabalhadoras, falta de apropriação real do que é a economia solidária (muito além da produção e da comercialização), concentração das atividades de gestão e da responsabilidade nas mãos de uma pessoa chamada de "liderança", e aproximação com o formato empresarial de gestão. Mais uma vez, percebe-se a importância, na busca pela construção do Bem Viver, de uma real apropriação dos ideais da economia solidária, por parte dos sujeitos em questão, para que assim consigam se afastar dos moldes capitalistas e construir novas formas de produção, de comercialização e de vida.

Por fim, a pesquisa-ação *Trabalhando com o grupo Mãos na Massa*, de Eunice Costa e Carlos Paiva, teve como sujeito de pesquisa o grupo Mãos na Massa, localizado no bairro Cidade Olímpica, em São Luiz, no Maranhão. Tal grupo se formou buscando

geração de trabalho, renda e melhoria de qualidade de vida, através da criação de uma padaria comunitária. O empreendimento funcionou durante oito anos como uma cooperativa, e depois disso foi encerrado.

A pesquisa-ação buscou refletir sobre os motivos da não continuidade da cooperativa, com o intuito de compreender onde estavam os obstáculos que fizeram com que o projeto não tivesse continuidade. Foram apontadas algumas destas razões, a exemplo da forma de organização inicial, quando o grupo decidiu por fazer um rodízio para que todas e todos participassem de todas as áreas do empreendimento, o que não funcionou, pois faltou debate sobre as afinidades de cada um com cada parte do trabalho. Além disso, a inserção de novos membros perturbou a identidade do grupo e o sentimento de pertencimento de todas e todos, pois não havia estratégias claras para preparar a chegada dessas pessoas. Finalmente, os/as participantes do projeto colocaram a necessidade de mais debates e maior compreensão acerca da economia solidária como alternativa econômica para a comunidade, sobretudo para os novos integrantes, que estavam mais interessados apenas na geração imediata de renda.

Consideramos, assim, a prática da autogestão um desafio essencial para a consolidação da economia solidária. Os desafios do trabalho associado são muitos e a autogestão se configura como o principal dentre eles, além de ser o que mais demanda trabalho educativo para se consolidar. Após analisarmos os resultados das seis pesquisas-ação, percebemos que muitos dos problemas encontrados pelas pesquisadoras e pesquisador se repetem nos vários empreendimentos estudados. O desconhecimento sobre a autogestão e a economia solidária parece ser um dos pontos centrais das problemáticas encontradas. Um trabalho educativo sobre essas temáticas é condição necessária para que a lógica capitalista não se instaure, atrapalhando o processo de construção coletiva e solidária no empreendimento e na vida em comunidade.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

As Tototós: experiências e práticas na perspectiva da Economia Solidária

MARIA CONCEIÇÃO NUNES ALMEIDA

Esta pesquisa-ação surgiu pela busca de sustentabilidade econômica e valorização histórica dos canoeiros e das canoeiras das Tototós, que realizam o transporte de passageiros da Barra/Aracaju diariamente, passeios de turismo fluvial, procissões fluviais, cortejos e ritos de religiões de matriz africana, entre outras atividades, em Barra dos Coqueiros, Sergipe, território da Bacia Hidrográfica dos Rios Sergipe e Japaratuba.

A maioria das e dos integrantes são homens e estes trabalham em 23 embarcações, divididos entre dona e dono, comandante (popeira ou popeiro) e proeira ou proeiro (marinheira ou marinheiro). Existem 6 mulheres canoeiras: 3 são donas de embarcações porque seus maridos já faleceram e 3 são proeiras. Há poucos jovens canoeiros. Essas pessoas enfrentam a diminuição do uso cotidiano das Tototós após a construção de uma ponte.

A pesquisa-ação visou contribuir com o processo de organização associativa das canoeiras e canoeiros na perspectiva da autogestão e da economia solidária, buscando identificar os problemas nas suas práticas de organização do trabalho no dia a dia.

A metodologia proporcionou às canoeiras e canoeiros momentos de debate e construção em grupo, o que os levou a perceber a importância de criar suas

regras e formas de trabalho confrontando antigas práticas com os princípios da economia solidária.

A pesquisa-ação foi construída com rodas de conversas em pequenos e grandes grupos, oficinas e jogos educativos, registro de fotos, músicas e brincadeiras.

Como produto, foi gerado um regimento interno, a partir de reflexões individuais e coletivas. Também foram incentivadas a reflexão sobre novas possibilidades de organização junto aos espaços, grupos e eventos com que eles têm relações e a inclusão, nos seus processos de decisão, da roda de diálogo como metodologia eficaz e inclusiva. Destacou-se também a necessidade do trabalho solidário e responsável.

Esta pesquisa mostrou a importância da ressignificação das formas de trabalho e seus usos, ao longo do tempo e do espaço, e a necessidade da pedagogia da autogestão como caminho norteador no fortalecimento do trabalho coletivo.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Rede Sabor Natural do Sertão: uma trajetória de lutas e organização dos empreendimentos econômicos e grupos solidários no território do Sertão do São Francisco

LISE MARIA BRAGA GUIMARÃES E GIZELI MARIA DE OLIVEIRA

O estudo tratou sobre como os empreendimentos econômicos solidários (EES) que participam da Rede Sabor Natural do Sertão (RSNS) percebem a necessidade de formalização exigida para participar da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga, ou, simplesmente, Central da Caatinga, e ainda da substituição da Rede por esta Central. As perguntas lançadas foram: A institucionalização dos grupos produtivos proporcionaria autonomia? Como tem acontecido a participação dos EES na criação da Central da Caatinga?

A RSNS é um espaço de articulação política de organizações de agricultores, comunidades tradicionais e entidades de apoio à agricultura familiar, localizado no semiárido brasileiro, e que atua no beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar.

A pesquisa buscou problematizar a formalização dos EES considerando diferentes situações, como, por exemplo: a) o "tempo" dos familiares agricultores com sua dinâmica vivida nas comunidades e o tempo dos projetos de políticas públicas que, em geral, precisam cumprir metas; b) o aflorar do

empoderamento das mulheres, que precisam vivenciar o papel de assumir politicamente a direção das organizações de que fazem parte. Participaram destas reflexões o Grupo Art e Sabor Tumásia, a Associação de Curral Novo e Jacaré e a Cooperativa Agropecuária Família Orgânica do Semiárido (COOPERVIDA).

Para nos auxiliar no aprofundamento dos conhecimentos fomos buscar suporte teórico em Alberto Acosta para estudar sobre desenvolvimento e bem viver; em Francisco Roberto Caporal, para os temas da agroecologia e agricultura familiar; e às formulações de Celso Furtado sobre crescimento econômico e desenvolvimento. Também buscamos os textos de Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos para entender a economia solidária no Nordeste e na construção a partir do território, além das contribuições de Paul Singer.

A pesquisa pôde concluir que os membros da Rede veem a criação da Central da Caatinga como um novo espaço a ser conquistado, mas que não pode substitui-la. As e os integrantes da pesquisa compreendem que a RSNS tem papel fundamental de articulação e de referência afetiva, sobretudo, entre os diversos atores que compreendem o território Sertão do São Francisco, como instituições, grupos formais e não formais.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

A prática de autogestão do Fundo Rotativo Solidário da rede GREPS

ADRIANA DE JESUS BRITO AQUINO COSTA E ALINE ALVES SOARES SANTOS

Este trabalho trata sobre as estratégias de autogestão construídas por representações de seis organizações que compõem a coordenação do Fundo Rotativo Solidário (FRS) comum, do Grupo Regional de Economia Popular e Solidária (GREPS), em Senhor do Bonfim, Bahia.

Na pesquisa desenvolvida, instigou-se a compreensão das/os participantes da coordenação sobre a autogestão do Fundo Rotativo Solidário, com provocações e questionamentos acerca do sentimento de pertença e das diferentes responsabilidades de cada uma e um. Como viabilizar a participação coletiva nos processos de gestão? Qual o nível de compreensão dos sujeitos sobre tal prática? Como a conhecem e a vivenciam? O FRS da rede GREPS é gerido de forma autogestionária?

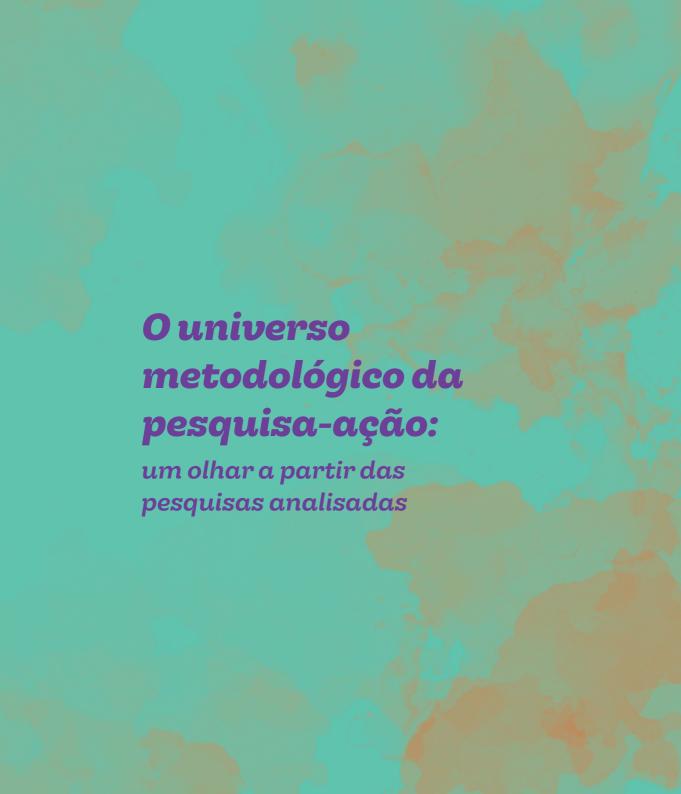
O Fundo Rotativo Solidário é uma prática oriunda de experiências que marcaram a história do território da Diocese de Senhor do Bonfim, demarcado no Sertão da Bahia. Essa prática tem origem em ações de reciprocidade entre as comunidades rurais, na busca por alternativas de organização e superação de dificuldades enfrentadas entre as moradoras e moradores dessa região.

Foram utilizadas na pesquisa diversas ferramentas metodológicas para facilitar o diálogo e a troca de saberes, como: construção de uma mandala, depoimentos, linha do tempo, leituras de textos e uso de vídeos. Para aprofundar o conhecimento teórico sobre o processo de autogestão, foram buscadas as contribuições do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFESNE), de Lia Tiriba e de Nildo Viana.

Por meio de vivências e diálogos, a pesquisa-ação contribuiu para a compreensão das relações entre os indivíduos no processo de autogestão coletiva e seus diversos níveis e graus de envolvimentos. Foi possível identificar a ausência do sentimento de pertença por parte de algumas representações que se consideram externas a esse processo de construção.

Assim, é possível afirmar que a pesquisa-ação desenvolvida possibilitou necessários e importantes momentos de discussão e construção coletiva, que renderam significantes reflexões acerca da prática das organizações na autogestão do Fundo Rotativo Solidário. Isso resultou no fortalecimento da metodologia do fundo no território, marcando sua importância na construção de uma economia verdadeiramente popular e solidária.





Embora venha mudando nos últimos anos, o corriqueiro na realização de uma pesquisa no Brasil ainda é a reprodução de uma ciência mais rígida, que considera como conhecimento apenas teorias comprovadas através de métodos científicos ditos "válidos" e que possam ser repetidos. Estas práticas influenciam o desenvolvimento da ciência, limitando suas ações a um determinado viés que, diga-se de passagem, é ditado pela elite europeia e reproduzido pela brasileira. Os métodos de pesquisa mais aceitos e utilizados seguem essa linha tradicional e, muitas vezes, as pesquisadoras e pesquisadores que buscam trilhar outros caminhos metodológicos são vistos como profissionais de segunda categoria e veem a credibilidade de suas pesquisas e a sua própria rebaixadas.

De forma geral, os métodos de pesquisa tradicionais buscam promover certa "limpeza" da realidade, eliminando as contradições que nela existem para, a partir de índices ou leis gerais, compreendê-la. Outro elemento que a produção clássica da ciência traz é a separação da pesquisadora ou do pesquisador do sujeito/objeto de pesquisa, acreditando que, para que de fato se faça ciência, seja preciso um olhar completamente externo, dito 'neutro'. A resultante de tais realidades, considerando que as ditas pessoas "produtoras de ciência" reproduzem uma lógica elitista, branca e patriarcal, é a reprodução, na sociedade, desse tipo de conhecimento oriundo das estruturas das instituições de pesquisa. Com a aplicação dos métodos tradicionais de pesquisa mais aceitos pela academia, que buscam separar a pesquisadora e o pesquisador dos sujeitos/objetos, o que acaba por acontecer é o apontamento, pela elite branca e patriarcal, das problemáticas que a academia deve estudar e das vias para solucioná-las. Tais métodos acabam por situar pesquisadoras e pesquisadores em uma falsa posição de superioridade em relação aos sujeitos/objetos de pesquisa, que são colocados na posição de meros receptores das 'divinas' respostas que aquelas e aqueles trarão para melhorar sua qualidade de vida.

Em busca de uma investigação democrática e popular na América Latina

Em 1977, no I Simpósio Mundial sobre Investigação-Ação e Análise Científica, que se deu em Cartagena, na Colômbia, aconteceram discussões metodológicas e teóricas que deram os primeiros passos para a criação e consolidação da Investigação-Ação Participante (IAP), na qual se inspira a pesquisa-ação vivenciada por pessoas que veem a necessidade de estudos no contexto histórico e cultural da América Latina. O debate sobre tais conceitos se instala no sentido da busca pela construção de uma pesquisa menos especializada e elitista, e mais democrática e popular. Ao nos deparar com o uso de tais métodos, percebemos que existe uma tendência a que estes sejam utilizados principalmente (mas não só) nas pesquisas que envolvam sujeitos ligados a classes historicamente oprimidas, a exemplo dos sujeitos das pesquisas realizadas por educadoras e educadores.

Os métodos baseados na IAP buscam a criação de uma relação horizontal entre pesquisadoras e pesquisadores e sujeitos da pesquisa. Ao contrário dos métodos tradicionais, procura desenvolver o envolvimento entre ambos e a ideia de que a construção do conhecimento deve se dar por uma via de mão dupla entre pesquisadoras e pesquisadores e o sujeito de pesquisa. Desta forma, a pesquisadora e o pesquisador precisam se retirar da falsa posição de superioridade que lhe é comumente atribuída, por possuir um suposto conhecimento avançado, e se colocar em igual posição com os sujeitos de pesquisa para que juntos aprendam e avancem na produção do conhecimento. Michel Thiollent, um dos principais estudiosos da pesquisa-ação, afirma no livro *Metodologia da Pesquisa Ação*, escrito em 1986, cujo texto foi referência de estudo para nossas educadoras e nossos educadores populares, que a pesquisa-ação é:

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-ação, portanto, busca aperfeiçoar a prática na prática, na realidade em que ela acontece. Faz uso de técnicas de pesquisa e de aprofundamento teórico para estabelecer quais as melhores ações a serem realizadas no aperfeiçoamento da prática. A escolha metodológica do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES) de utilizar a pesquisa-ação como estratégia formativa de educadoras e educadores populares foi extremamente ousada, pois grande parte das/os educadoras e educadores desconhecia o debate e as ferramentas metodológicas desse tipo de pesquisa. Junte-se a isso a dificuldade no processo de autoaceitação como educadoras e educadores populares, questão já elencada em escritos anteriores, publicados em 2012 por Ana Dubeux, Alzira Medeiros, Mônica Vilaça e Shirley Santos.

As pesquisas nas quais se baseia este caderno se debruçam sobre as histórias de luta de homens e mulheres pela sobrevivência por meio do trabalho associado e mostram que é fundamental que o aperfeiçoamento da prática esteja vinculado a uma melhoria de condições de vida. A pesquisa-ação, para tal, deve seguir um ciclo que inclui planejar, agir, monitorar e avaliar, como mostra o diagrama abaixo, elaborado por David Tripp, no texto *Pesquisa ação: uma introdução metodológica*, escrito em 2005, página 446.

DIAGRAMA 1 Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação



Cabe ressaltar a importância de que o processo de reflexão sobre a ação aconteça ao longo de todo o ciclo da pesquisa-ação, tal como posto no diagrama acima. Em nenhum momento deve-se deixar de lado o caráter reflexivo da pesquisa e apenas praticar a ação. A pesquisadora e o pesquisador precisam estar atentas e atentos para não fugir deste processo. Seu papel é o de facilitar a reflexão sobre a prática, e não apenas aplicá-la. Para tal, é preciso também que não se deixe de lado o material teórico existente, que aporta solidez à pesquisa e auxilia em sua aplicação. Pesquisar a partir da ação, da prática, não significa debruçar-se apenas sobre esta, mas, sim, somar a ela reflexões que outras e outros autoras e autores realizaram e sistematizaram, justamente no sentido de auxiliar outras e outros pesquisadoras e pesquisadores. É

importante construir um equilíbrio entre teoria e prática para assim realizar uma pesquisa-ação que melhor consiga atingir seus objetivos.

Em termos das ferramentas utilizadas, as pesquisadoras e pesquisadores que desenvolveram o trabalho com o grupo Mãos na Massa conseguiram resumir, de maneira interessante, o processo vivenciado nas diferentes pesquisas.

O relatório desta pesquisa, na página 4, afirma que com a investigação foi possível "a) trazer para o processo de construção de soluções todos os participantes, experiências, entidades apoiadoras e a comunidade; b) construir um plano de ação para sustentabilidade da experiência; c) entender melhor o modo de vida da comunidade a partir das narrativas retratadas pelo grupo".

Um ser sentipensante: a pesquisadora e o pesquisador da educação popular

Somando teoria e prática, é também importante o papel da pesquisadora ou do pesquisador. Orlando Fals Borda e Eduardo Galeano utilizam bastante o termo *sentipensante*, que seria oriundo de pescadores colombianos. O ser *sentipensante* seria o ser que faz uso da razão e da emoção para realizar suas reflexões e seus atos. É fundamental que esse papel seja assumido na pesquisaação. Ao se envolver com os sujeitos da pesquisa, e ao envolvê-los na pesquisa, é preciso atentar não apenas para o racional, mas também para o lado emocional que influencia a prática e a realidade.

A autora da pesquisa *As Tototós: Experiências e práticas de Economia Solidária* realizou, por exemplo, importante oficina neste sentido. Maria da Conceição Nunes de Almeida se sensibilizou e percebeu a necessidade de fortalecimento

da identidade do grupo e, então, propôs a este uma atividade lúdica de memória: cada indivíduo pintaria em um papel o nome de sua embarcação e inscrever o ano de sua construção. Ela relata que os canoeiros e as canoeiras relembraram seu tempo de escola e também memórias ligadas às próprias embarcações, além de terem se ajudado mutuamente para pintar ou escrever, estimulando a solidariedade. Quando estenderam suas pinturas no varal, eles começaram a querer pintar também embarcações antigas, que fazem parte da história do grupo. A pesquisadora nos afirma que "chegaram à conclusão de que todos precisamos um do outro para vencer. Precisamos cuidar um dos outros, no cuidado do falar, observar e motivar o outro a dar as mãos". Esse tipo de atividade estimula a memória, fortalece os laços e consolida a identidade de grupo, tão necessária para que o mesmo se fortaleça e tenha longevidade. Essa é uma atividade que demandou a união entre a razão e a emoção e, desta forma, consolida a pesquisadora enquanto ser sentipensante no seio de sua pesquisa.

Ao se entender como ser sentipensante, a pesquisadora e o pesquisador precisam atentar ao tipo de relacionamento que criam com os sujeitos da pesquisa. Das seis pesquisas aqui apresentadas, em duas as pesquisadoras já possuíam algum vínculo com os sujeitos de suas pesquisas, sendo estas as pesquisas intituladas O desafio da autogestão da produção e comercialização da Associação de Mulheres Passo Firme e Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme – COOPFIRME no território Parque Genibaú e Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR.

Na primeira, as pesquisadoras já haviam trabalhado e atuado no território do Parque Genibaú, enquanto agentes da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, e sentiam que "era preciso fortalecer os dois EES – Empreendimentos Econômicos Solidários a Associação de Mulheres Passo Firme COOPFIRME e que o Genibaú,

como território empobrecido e segregado, teria como recuperar sua força de organização e luta, sendo a economia solidária o foco estratégico para tal intento". E, ao contrário do que se afirma nas pesquisas clássicas, ter trabalhado no território em momentos anteriores privilegia as pesquisadoras com o conhecimento sobre a localidade, tanto em aspectos físico-naturais, como nos econômico-sociais. Estes conhecimentos prévios são muito importantes para que as investigadoras não elaborem intenções de pesquisa que nada tenham a ver com a realidade local. Além disso, podem facilitar a aproximação entre estas e os sujeitos da pesquisa, através de contatos estabelecidos quando dos primeiros trabalhos. No entanto, é preciso também se preocupar em não deixar que esse conhecimento prévio atrapalhe ou gere "pré-conceitos" sobre a realidade. Nesta mesma pesquisa, as autoras, em princípio, por conhecerem a realidade local, viam a "violência urbana como eixo desagregador e que de certa forma impedia o bem viver no território Parque Genibaú", e, convencidas de que precisavam se debruçar sobre este fato, apresentaram aos dois empreendimentos um "problema de antemão identificado". No entanto, na conversa com as e os integrantes dos empreendimentos, foram pontuados diversos problemas que demandavam mais urgência do que a questão apresentada. O lado positivo foi que as pesquisadoras, sentipensantes, souberam se sensibilizar e modificaram a problemática para se adequar às demandas dos sujeitos de pesquisa.

Assim, é preciso que se dê a devida importância aos conhecimentos prévios sobre o território, que auxiliam, de forma única, o processo de construção e vivência da pesquisa, sem com isso confundir esses conhecimentos com os dos sujeitos da pesquisa, e sempre guardando em mente que são estes os que realmente estão empoderados para compreender a realidade em que vivem e suas necessidades mais urgentes.

No segundo trabalho, uma das autoras fazia parte do empreendimento estudado, sendo uma das cooperadas da CCAPAR. Novamente, tal envolvimento possui muitos pontos positivos, mas é preciso que a pesquisadora e o pesquisador esteja atenta e atento para os possíveis lados negativos. Por um lado, ser pesquisador/a, em uma pesquisa na qual também se é sujeito, lhe permite melhor compreender a realidade do território e do empreendimento, lhe facilita o contato com as outras cooperadas e cooperados, fortalece seu sentimento de envolvimento com a pesquisa, pelo fato de se beneficiar diretamente de seus resultados, tanto enquanto pesquisadora como enquanto sujeito, entre outros pontos positivos. Por outro lado, no entanto, podem surgir possíveis problemas nas relações interpessoais, pelo fato de ser alquém que já vivenciou diversos processos no seio da iniciativa coletiva. Isso pode prejudicar os trabalhos se outros sujeitos possuírem entraves com a pesquisadora ou o pesquisador que é também sujeito. Ademais, a visão do pesquisador e da pesquisadora-sujeito pode já estar direcionada por certo viés, o que demanda esforço de sua parte para que consiga, de dentro, ampliar seu raio de visão para outros possíveis caminhos. Para tal, a pesquisadora ou pesquisador precisa conceber que, mesmo estando inserida ou inserido no seio do empreendimento, cada membro percebe e vivencia a realidade de uma forma, e que o fato de fazer parte da cooperativa não diminui a necessidade de participação das e dos demais para que a pesquisa-ação se desenvolva de forma adequada.

Como em todo tipo de pesquisa, a pesquisa-ação também demanda uma postura ética por parte da pesquisadora ou do pesquisador. Esta e este deve encarar seu trabalho com a seriedade necessária, entendendo que seu processo de pesquisa, bem como os resultados, poderá ser utilizado por outras pessoas, em outros trabalhos. Mais do que isso, e principalmente com a pesquisa-ação, a educadora e o educador da pesquisa envolve nos seus trabalhos uma

diversidade de seres humanos, frequentemente em situação de vulnerabilidade, e os dota de esperança na construção de uma vida melhor. Com isso não queremos dizer aqui que a pesquisadora e o pesquisador é um salvador ou uma salvadora da pátria que tem de resolver todos os problemas, mas, sim, que precisa demonstrar comprometimento e seriedade, pois está lidando diretamente com a vida de pessoas que sofrem cotidianamente pela realidade social em que se encontram inseridas. Ou seja, o trabalho da pesquisa-ação demanda uma tomada de consciência, por parte da educadora e do educador, sobre o tipo de influência que suas atividades exercem nos sujeitos da pesquisa com quem se está trabalhando.

Outro fato a que quem investiga precisa estar consciente de que, ao se fazer pesquisa-ação, se está também lutando contra o papel que a produção de conhecimento tem em nossa sociedade. As formas tradicionais de pesquisa concentram conhecimento nas mãos de uma elite que as domina, enquanto que a pesquisa-ação insere os sujeitos de pesquisa no próprio processo de produção do conhecimento, ultrapassando, assim, as barreiras do mundo do saber da escola, principalmente no nível superior.

Assim, a IAP vem para mudar uma lógica elitista de produção do saber, estimulando o conhecimento popular, a sabedoria e o conhecimento próprios, e a investigação de uma realidade por quem nela está inserida e inserido, retirando a exclusividade da produção do conhecimento das mãos da elite e atuando no sentido da transformação social, da igualdade e da democracia. Ao se inserir os sujeitos de pesquisa no processo de construção do saber, ainda mais quando fazem parte de uma realidade completamente afastada do mundo acadêmico, consolida-se a democratização do saber, não apenas no sentido de sua aquisição, mas, principalmente, no da participação em sua construção.

No trabalho de pesquisa em economia solidária, a escolha da metodologia da pesquisa-ação é também um ato político. Ao se inserir os sujeitos de pesquisa no processo de construção do saber, a pesquisadora e o pesquisador estão também estimulando o empoderamento dessas pessoas e, desta forma, o processo de autogestão dos saberes individuais e coletivos. Os sujeitos não estão absorvendo conhecimento de forma vertical, mas, sim, o estão construindo horizontalmente e, ao participar deste processo, passam a compreender que podem e devem fazer parte da construção das práticas necessárias às mudanças em suas vidas. Assim, esses sujeitos, trabalhadoras e trabalhadores, passam a se valorizar mais e a compreender que também são importantes e que podem ser agentes de transformação de sua realidade social, além de perceber que são fonte de saber e que possuem conhecimento fundamental para a construção e reprodução da vida. Se a pesquisa-ação tiver êxito, os sujeitos devem sair dela sentindo-se mais empoderados sobre sua própria realidade, diminuindo o sentimento de que o conhecimento só é produzido dentro dos muros da universidade e por doutoras e doutores.

A escolha do método da pesquisa-ação, portanto, é também uma escolha metodológica por um ato político e emancipatório e, desta forma, é escolha por uma filosofia de vida, como nos leva à reflexão de Anysur Rahman e Orlando Fals Borda e, em artigo publicado em 1991, na página 16:

"É importante lembrar que a IAP, enquanto enfatiza uma busca rigorosa do conhecimento, é um processo aberto de vida e de trabalho, uma vivência, uma evolução progressiva para uma transformação total e estrutural da sociedade e da cultura com objetivos sucessivos e parcialmente coincidentes. Um processo que requer um compromisso, uma postura ética e persistência em todos os níveis. Enfim, é uma filosofia de vida na mesma medida em que é um método."

Neste sentido, no trabalho em pesquisa-ação, é importante que os sujeitos participem desde o princípio de sua construção, estando presentes no levantamento das necessidades locais e na definição da problemática de pesquisa. Tal participação dota a pesquisa de realidade e consolida sua importância social perante a sociedade. Ninguém melhor do que os próprios sujeitos para compreender e apontar as maiores necessidades que possuem. Ademais, esse processo de construção participativa da problemática da pesquisa envolve os sujeitos em um profundo e importante caminho de autoconhecimento, estimulando a autorreflexão sobre sua realidade e os ensinando, no próprio processo, a definir os principais pontos de entrave que os impedem de construir uma vida melhor e a estabelecer prioridades de resolução, a partir da urgência de cada um, pois nunca se conseguirá resolver, em um trabalho de pesquisa, todas os problemas existentes.

Além da pesquisa que já citamos, que se desenrolou no território do Parque Genibaú, o trabalho intitulado *Estratégias de Organização em Rede* também precisou passar por um processo de redefinição de sua problemática de pesquisa. Em princípio, num primeiro exercício pedagógico feito no curso do CFES, as educadoras pensaram uma boa questão para orientar a pesquisa talvez girasse em torno das relações de gênero e do papel da juventude nas comunidades. No entanto, mesmo sabendo da importância do desenvolvimento de um trabalho na comunidade com esta temática, as pesquisadoras, *sentipensantes*, confrontadas com a realidade, souberam avaliar, em conjunto com os sujeitos da pesquisa, que a maior urgência seria refletir sobre a problemática da pertinência da formalização dos empreendimentos e da substituição da Rede por uma cooperativa.

De forma geral, nos trabalhos que tomamos como base para a construção deste caderno, a principal ferramenta metodológica utilizada para promover a aproximação das/os pesquisadoras/es junto aos sujeitos de pesquisa foi a roda de conversas. Por meio desta ferramenta, as educadoras e educadores buscaram se aproximar dos sujeitos e se sensibilizar com a compreensão de suas realidades. A roda de conversas se mostrou também importante para que as/os participantes pudessem compreender melhor o papel e a intenção das e dos pesquisadoras e pesquisadores e, assim, aproximar-se destas e destes. Finalmente, se construiu e consolidou, coletivamente, a problemática definitiva que seria adotada nos diferentes trabalhos. Após a etapa das rodas, foram construídas e realizadas oficinas, pelas educadoras e educadores com os sujeitos de pesquisa, com o objetivo de responder às problemáticas de pesquisa, estabelecer uma melhora da prática e uma união do grupo que fortalecesse as iniciativas.

Percebe-se, então, que o ato de escolha da pesquisa-ação como ferramenta metodológica de pesquisa passa tanto pela percepção da importância dos sujeitos de pesquisa enquanto seres com maior conhecimento sobre a realidade estudada, como também por um posicionamento político e ideológico libertário, de emancipação dos povos e de democratização do saber.

Na pesquisa em economia solidária, a pesquisa-ação é também de grande valor para a consolidação da construção do processo de autogestão por parte dos sujeitos de pesquisa. O pesquisador ou a pesquisadora que opte por esta ferramenta metodológica precisa fazer uso de sua razão e da emoção, sendo sentipensante, e saber que, muitas vezes, diversas serão as problemáticas encontradas, já que a pesquisa é construída por muitas cabeças e corações que pensam e sentem de forma diferente. No entanto, o trabalho em pesquisa-ação também é professor de vida: ensina a lidar com as diferenças e o papel

da solidariedade e da empatia para a construção de um caminho mais justo e igualitário. Por fim, resgata mulheres e homens de uma lógica de vida individualista que os transforma em mercadoria, tal como o capitalismo vem construindo, e estimula, em quem estiver envolvida/o pela pesquisa, o desenvolvimento de nossa humanidade e dos laços e emoções tão necessários para a consolidação e reprodução da vida em nosso planeta.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR

ANA PAULA DOS SANTOS E MARIA KATIANA BARBOSA DA SILVA

As práticas de autogestão em economia solidária vêm sendo discutidas e vivenciadas pelos empreendimentos solidários ao longo dos tempos, mas não têm receita pronta para repassar, cada grupo tem sua forma de se auto-organizar.

A pesquisa-ação sobre autogestão realizada na Cooperativa de Costureiras e Artesãs de Parnamirim (CCAPAR), em Parnamirim-RN, foi fundamental para ampliar a compreensão das cooperadas sobre a gestão e o processo de autogestão, através da educação popular e de sua participação no empreendimento de economia solidária, por meio do diálogo, da transparência e da atuação em todo o processo organizacional do trabalho coletivo. A pesquisa trouxe para a aprendizagem elementos importantes, como a troca de saberes entre pesquisadoras e os sujeitos da pesquisa, e a necessidade de rever conceitos e atitudes entre as cooperadas, visando uma gestão democrática.

A metodologia desenvolvida teve como princípio a pedagogia freireana, com a realização de rodas de conversa para aproximar as mulheres do tema proposto pelas pesquisadoras. Esses espaços propiciaram uma reflexão sobre o bem viver das mulheres na cooperativa e na sociedade. Procuramos, ainda, investigar como se dá a relação de convivência entre as mulheres no trabalho interno da cooperativa e na comunidade. Entre as questões debatidas no

desenvolvimento da pesquisa, estão a preocupação com as oportunidades iguais de expressão de opiniões e de participação nas intervenções realizadas na comunidade

Para que a pesquisa alcançasse um bom resultado, foram identificadas algumas necessidades, como, por exemplo, a construção da linha do tempo da cooperativa, a atualização do estatuto, a elaboração de um regimento interno, o fortalecimento da participação nos espaços de decisões, a realização de tarefas coletivas e os momentos de lazer. Como já dizia Paulo Freire, no seu livro Pedagogia da Esperança, "ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar".

A pesquisa-ação nos permitiu conhecer a realidade vivenciada pelas mulheres que dela participaram. O método da pesquisa foi focado na educação popular, como estratégia para incentivar a participação das mulheres nos debates sobre a autogestão da cooperativa, desenvolver e proporcionar-lhes uma relação de confiança, trazendo para o grupo a dinâmica da educação popular em economia solidária

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

O fazer autogestionário por mulheres: a experiência com a autogestão da produção e comercialização da Associação de Mulheres Passo Firme e Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme

ROSIANA QUEIROZ E ISABEL CRISTINA FORTE

A autogestão da produção e comercialização tem se apresentado como um desafio do ser e do fazer coletivo para a Associação de Mulheres Passo Firme e a Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme (COOPFIRME), localizadas no Parque Genibaú, em Fortaleza (CE). Estes empreendimentos de economia solidária (EES) são formados majoritariamente por mulheres adultas e da terceira idade, em geral chefes de família, que buscam se constituir e se sentir pessoas valorizadas, rompendo com um passado recente de invisibilidade e fragilidade frente ao machismo e à exclusão social. Embora tenham origem comum, há tempos têm trilhado caminhos distintos. Algumas mulheres, porém, participam dos dois empreendimentos.

Como fortalecer e fazer autogestão coletiva da produção e comercialização, enfrentando o individualismo e desenvolvendo um sentimento de pertença efetiva ao empreendimento? As mulheres estão tendo a coragem de fazer seu trabalho de forma autônoma e sem medo de não ter um salário ou emprego fixo? Foram algumas perguntas que se lançaram nesta pesquisa, cujo objetivo foi construir perspectivas e projetos que contemplassem a estruturação da

produção e da comercialização, de modo articulado, para produtos acessíveis à comunidade e pontos de comércio justo.

Para aprofundar a fundamentação teórica sobre a autogestão, buscamos Josiane Verago e Anne Marie Wautier. As reflexões no campo do feminismo de Jussara Costa Carneiro favoreceram a compreensão sobre subalternidade e táticas de resistência para mulheres. Recorremos a Julieta Paredes, indígena, que complementou o estudo com o feminismo comunitário, que se aproxima da vivência no Bairro Genibaú. A leitura de textos de Gabriel Kraychete nos ajudou na análise dos processos de trabalho e de sociabilidades da economia popular solidária no meio popular urbano, nas últimas décadas. Na teoria e metodologia da educação popular e da pesquisa-ação, Assis Costa foi nosso suporte e inspiração, assim como Paulo Freire. Buscamos também textos de Boaventura de Souza Santos sobre a pesquisa-ação e o rompimento de conhecimentos colonialistas.

A pesquisa-ação foi favorecida por atividades como oficinas de produção coletiva entre os dois EES, o que permitiu aproximar as e os sujeitos da pesquisa e possibilitou superar divergências antigas e históricas entre eles, oportunizando, ainda, a troca e o compartilhamento de serviços. As e os participantes avaliaram que é bom produzir juntas e juntos, dividindo o tempo, praticando a cooperação e aceitando a coordenações dos trabalhos de forma circulante.

Durante as oficinas, foi elaborado um projeto para construção de um ponto fixo de comercialização e também para viabilizar a volta do funcionamento da feira de economia solidária na praça principal do Genibaú. Outro projeto surgido desse processo foi a promoção de conversas entre mulheres, intituladas "conversas de pé-de-calçada", para tratar de questões relacionadas à vida das mulheres na comunidade.

RESUMO DA PESQUISA-AÇÃO

Mãos na massa: a experiência da padaria-escola

EUNICE COSTA E JOSÉ CARLOS PAIVA SANTOS

Realizar a pesquisa-ação simboliza a opção por uma proposta metodológica baseada no 'conhecer e agir' na busca de solução de problemas por meio da construção e ação participativa coletiva.

Nesta pesquisa envolvemos mulheres e homens que participaram do projeto de ação social Padaria-Escola Mãos na Massa, que tinha por objetivo construir estratégias de geração de renda na comunidade. No início do projeto, em 1999, o grupo era composto de jovens de 17 a 21 anos, moradoras e moradores da cidade olímpica, em São Luís, uma das maiores ocupações em área urbana da América Latina.

Atualmente, a maioria tem famílias constituídas e vive do trabalho assalariado, possibilitado após a realização dos cursos de panificação, buscando melhorar sua qualidade de vida.

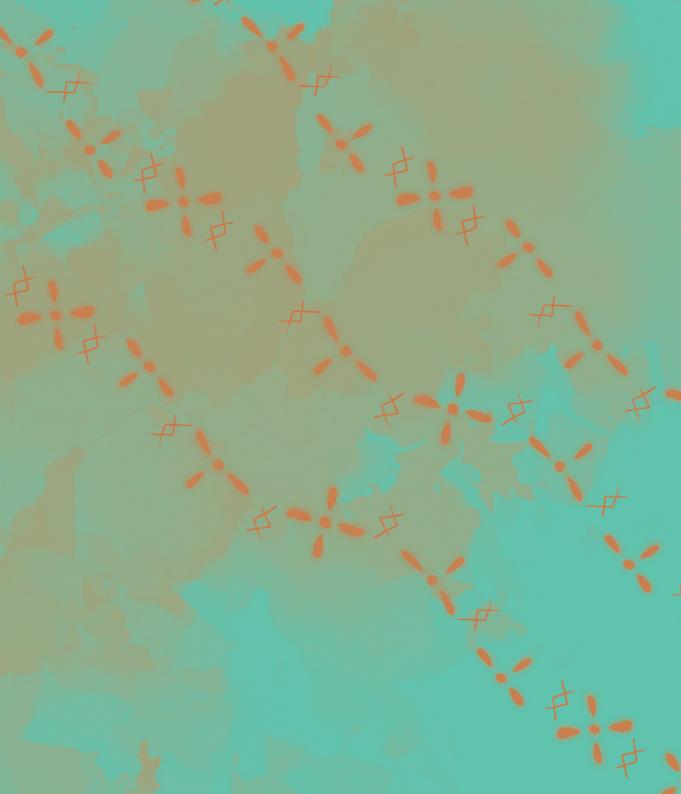
Nesta pesquisa buscamos avaliar a não continuidade da cooperativa, descobrir e estudar quais obstáculos fizeram com que o projeto não tivesse continuidade e não pudesse, assim, garantir renda para as famílias e desenvolvimento para a comunidade beneficiada. A construção de novos aprendizados se revelou na medida em que as e os envolvidas e envolvidos na pesquisa-ação,

tanto o grupo quanto as pesquisadoras e os pesquisadores, percebiam que ali mesmo estavam as repostas para as questões e problemas vividos.

Durante a pesquisa-ação, foram investigadas a autogestão do grupo, a estrutura física disponível para o desenvolvimento do trabalho, a qualificação técnica, a existência de plano de viabilidade econômica e de sustentabilidade, a relação da comunidade com o projeto Mãos na Massa e a relação dos membros entre si.

As ferramentas metodológicas como: a) história de vida contendo informações sobre a organização e origem das famílias, os principais desafios e conquistas em suas vidas, o modo de viver "individual e coletivo", as questões econômicas e culturais, os saberes de cada um e de cada uma, os espaços de participação política e social; b) linha do tempo para revisitar a trajetória de vida do grupo, desde os primeiros passos. Toda reflexão despertou todas e todos a escrever sobre seu protagonismo nessa experiência e foi um importante aprendizado.

O trabalho verificou que são muitos os desafios enfrentados para tornar um empreendimento autogerido e autônomo. Trata-se de dificuldades de ordem cultural, social e familiar. Também se apresentou como problema a rotatividade de pessoas no projeto, e este aspecto foi considerado um entrave para muitas de suas ações, por gerar descontinuidade.





A autogestão é uma das problemáticas centrais quando se trata de discutir economia solidária. Como já explicitado neste texto, ao buscarmos referências sobre a temática, boa parte diz respeito a realidades urbanas, de empresas recuperadas, industriais.

A análise das pesquisas que aqui apresentamos nos faz mergulhar no universo

A Reciprocidade significa mutualidade, dar e receber, e é uma característica essencial para que as relações sociais sejam saudáveis. Karl Polanyi, um economista estudioso da reciprocidade no âmbito das relações econômicas, cujo principal livro A grande transformação – as origens da nossa época, foi publicado no Brasil em 1980, define a reciprocidade como todas as atividades de troca que existem entre grupos sociais similares, bem como a troca assimilada aos movimentos de vaivém, tal como a passagem de 'uma mão para outra' dos objetos em um sistema mercantil. No sentido de Polanyi, a reciprocidade nem sempre é imediata e direta, ou seja, eu posso fazer algo por alguém, ou por um coletivo, que vai fazer algo por alguém ou por outro coletivo.

bastante diverso, mas expressivo e representativo, das iniciativas de economia solidaria no Nordeste. Pescadoras e pescadores, ribeirinhas e reibeirinhos, jovens, camponesas e camponeses, indígenas, quilombolas são os sujeitos presentes nas iniciativas pesquisadas, majoritariamente constituídas por mulheres.

Neste sentido, buscamos ancorar nossa reflexão nos processos de reciprocidade que embasam o cotidiano da vida, tanto no dia a dia das relações nas famílias, no bairro, nas comunidades, quanto nos processos mais amplos de organização comunitária. Esta decisão está relacionada às realidades das comunidades envolvidas na pesquisa e

das temáticas abordadas pelas educadoras e educadores populares. Os elementos que emergem das pesquisas indicam a necessidade de um aprofundamento da compreensão sobre a realidade das iniciativas no Nordeste e a relação que estas estabelecem com os processos de formação política, histórica, cultural, social e econômica da região e com a lógica do campesinato e povos tradicionais em geral, mesmo quando se trata de grupos urbanos.

Desta forma, para analisar a temática da autogestão pelo olhar que as pesquisas proporcionaram, cremos ser importante estabelecer uma analogia com a temática das relações de reciprocidade no Nordeste do Brasil. O francês Eric Sabourin, outro estudioso da reciprocidade, que tem trabalhado com o estudo da vida camponesa no Brasil, indica, em um livro escrito em 2011, alguns pontos importantes para refletirmos sobre a vivência da reciprocidade nas sociedades camponesas, que vão para além das relações entre ser humano e natureza, abarcando outras dimensões da vida campesina. Neste sentido, o autor destaca cinco aspectos fundamentais a serem considerados:

- As relações recíprocas na família;
- As inter-relações entre gerações;
- As prestações mútuas entre vizinhos;
- As inter-relações ao nível da comunidade;
- As inter-relações nos mercados ou o lugar do mercado na promoção da reciprocidade.

Ele explicita, ainda, um outro ponto que em muito tem a ver com a primeira questão sobre a qual gostaríamos de refletir a partir dos elementos que emergem das pesquisas, que é a forma como o capitalismo, a globalização, a financeirização e mercantilização da vida sobre o planeta vêm destruindo, deslocando ou escondendo os processos de reciprocidade. De acordo com Eric Sabourin, na página 12 do livro *Sociedades e organizações camponesas*: uma leitura através da reciprocidade, publicado em 2011.

"Ao longo das últimas sete ou oito décadas (especialmente desde a 2ª. Guerra mundial) as referidas estruturas de relações de reciprocidade foram sendo fortemente erodidas e desgastadas em quase todos os lugares – processo que foi

ainda mais acelerado na época atual de liberalização e de globalização. Como forma de ordenamento, a reciprocidade foi deslocada para as margens – de tal forma, que estas relações ficam escondidas, mascaradas, ao ponto de parecerem invisíveis ou mesmo inexistentes."

Esta é a percepção que temos quando olhamos para os resultados das pesquisas-ação aqui apresentadas. O capitalismo se instala aos poucos, destruindo os vínculos sociais e impregnando a lógica comunitária de valores mercantis. Este é um movimento perverso, pois gera uma espécie de "incompetência" coletiva para lidar com o fenômeno. De um lado, a lógica da gestão comunitária e da reciprocidade permanece inerente à vida dos grupos pesquisados; de outro, a lógica capitalista se instala aos poucos, fazendo com que as pessoas se sintam impotentes para pensar em estratégias nas quais a lógica da organização comunitária e da reciprocidade subsista e, inclusive, sirva de apoio às próprias iniciativas. E, no fim, nem uma coisa, nem outra.

É neste contexto que o debate da economia solidária emerge. Para as iniciativas autogestionárias de economia solidária do Nordeste, apropriar-se deste debate nem sempre é fácil, pois muitas vezes não se entende que ele deve acontecer a partir das várias formas de reciprocidade existentes em suas realidades, que tais iniciativas já exercem e que sempre existiram nas comunidades urbanas e rurais da região. O processo de urbanização e industrialização carrega consigo um sentido simbólico de identificação com um modo de vida que não é o dessas comunidades que sofrem com esta perspectiva. Os muitos megaprojetos de desenvolvimento que o capitalismo propõe são apresentados como ofertadores de emprego e progresso, e não como agressores do meio e das tradições que os povos carregam. Assim, o imaginário de muitas pessoas é povoado por uma falsa promessa de progresso e de desenvolvimento que, como o canto da sereia, serve para atrai-las para o seu próprio fim.

O relatório da pesquisa feita com o grupo Mãos na Massa indica que "a falta de entendimento da autogestão de todos os processos que o grupo passou como: afetividade, financeira, produção, cooperativismo, dentre outros, não prevaleceu e tudo isso associado 'à cultura' de desenvolver posturas reproduzidas no sistema capitalista, figurada pela dicotomia patrão e empregado, foram fatores determinantes para a não motivação do grupo em desenvolver o empreendimento em forma de cooperativa". Esta afirmação é recorrente nas reflexões empreendidas pelas educadoras e educadores populares junto aos grupos.

Por outro lado, algumas das pesquisas-ação buscaram trabalhar esta dimensão, e, no caso da Rede Sabor Natural do Sertão, em seu relatório, na página 7, "o grupo já foi mais forte. Trabalhou bem a economia solidária, comprava produtos diretamente de produtores da agricultura familiar (tapioca, ovo caipira, geleias, melaço de rapadura...). Procurava não fazer o trabalho exaustivo, mas de forma equilibrada, priorizando a convivência familiar e as questões culturais."

O trabalho das educadoras e educadores populares em economia solidária aparece como essencial no debate e aprofundamento da temática junto aos grupos. Porém, passos ainda precisam ser dados no sentido de vincular a autogestão com os processos comunitários. Em outras palavras, a iniciativa de economia solidária não pode ser vista como algo isolado do território e das lógicas identitárias que o perpassam. Quanto mais a estratégia territorial e de reciprocidade é forte, mais os grupos conseguem organizar processos coletivos de organização, a exemplo das redes, que, baseadas na ética da economia solidária, podem apresentar um novo horizonte para a construção da autogestão nas iniciativas coletivas.

O dilema que existe nos grupos com relação à vivência da lógica da economia solidária está vinculado, por um lado, ao desconhecimento mais profundo dos processos de autogestão, o que gera certa inquietude e insegurança, e, por

outro, à incapacidade de transformar a lógica da reciprocidade existente nas vivências comunitárias em algo que dê suporte ao grupo. Como não existem modelos de gestão consolidados, que contribuam na consolidação dos grupos na perspectiva da economia solidária, o que fazem é transferir o modelo de gestão capitalista para o cotidiano dos empreendimentos, deixando de lado o grande trunfo do vínculo comunitário que certamente fortaleceria os processos internos dos empreendimentos a partir do apoio mútuo. Vejamos, por exemplo, o relatório da pesquisa-ação *O fazer autogestionário por mulheres: a experiência com a autogestão da produção e comercialização no Parque Genibaú,* o que acontece quando as mulheres costureiras da COOPFIRME decidem se tornar empreendimento e dar às suas produções, outrora individuais, um caráter coletivo.

"[...] a cooperativa não conseque organizar e dar reqularidade à produção coletiva, pois, por um lado, tem problemas com o local da produção que é cedido, nem sempre está disponível e não parece ser um local agregador de relações entre as mulheres, trata-se de um local de uma instituição que é ligada à igreja católica. De outro, não conseque estabelecer uma rotina e um procedimento claro de como produzir e quantificar coletivamente o trabalho, tais como: não planejam a produção, não conseguem estabelecer um volume amplo de produção, não têm uma forma clara de como remunerar a produção, e o mais preocupante é quando não há encomendas, a cooperativa recorre de forma temporária, aceitando serviços de uma empresa que terceiriza mão de obra para não deixar as cooperadas sem trabalho e remuneração. Ou seja, a COOPFIRME não se joga para ampliar e consolidar sua produção na forma autônoma e acaba por ficar refém do mercado de costura de Fortaleza, que pratica a chamada produção faccionada. [...] Além disso, a comercialização nas feiras não é também planejada, elas não mensuram quanto efetivamente têm vendido nesses espaços e misturam vendas de produtos frutos da produção coletiva e produções individuais das mulheres. Significa dizer que, de alguma forma, ainda incentivam

as mulheres a produzirem e comercializarem individualmente dentro das oportunidades criadas pela economia solidária."

A possibilidade de partir da articulação comunitária gerada pela igreja e pelas associações de moradoras e moradores, que sempre apoiaram a existência do grupo de mulheres, não é considerada como vital para o fortalecimento da autogestão. Além disso, a grande escala de produção e comercialização, que vem da lógica produtivista do capitalismo, é aceita pelas mulheres como condição à sua própria sobrevivência. Se a gestão capitalista cria relações hierárquicas, a construção da horizontalidade necessária à autogestão deve ter como fonte de inspiração as relações comunitárias e de reciprocidade existentes nas comunidades que criam as iniciativas. Mas, ao invés disso, as iniciativas buscam reconstituir a lógica das empresas capitalistas, deixando de lado aspectos essenciais para os quais possuem competências adquiridas ao longo das diferentes experiências de reciprocidade vividas nos espaços comunitários.

Historicamente, povos e comunidades sempre tomaram decisões sobre os seus destinos, grande parte das vezes, de maneira democrática. A luta pela autogestão é antiga em diferentes povos e reflete-se na autodeterminação comunitária, em que a autonomia para decidir os destinos não parece incomodar. No relatório da "roda de diálogo sobre autogestão", que ocorreu no II Seminário Nordestino de Educação Popular e Economia Solidária, em 2016, afirmamos que "a modernidade retira dos povos a capacidade de autodeterminação das comunidades e a luta é não só para gerir o EES por dentro, mas também para que os territórios tenham mais capacidade de decidir sobre os rumos da vida comunitária." Quando da criação do empreendimento, é como se as trabalhadoras e trabalhadores perdessem essa capacidade. Isso porque o contato com o modo capitalista de produção espelha uma prática e os níveis de exploração são tão absurdos que

faz com que os antigos modos de vida desapareçam, o que exige um processo de reorganização da vida a partir da lógica da economia solidária.

Esta questão vincula-se a uma outra, que é justamente a capacidade de **transformação individual** no processo de vivência coletiva e democrática exigida na autogestão. Não apenas participar de uma organização coletiva, mas, sobretudo, uma transformação pessoal para lidar com um outro tipo de economia e de gestão. Para que ele aconteça,

Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. A ética serve para que haja equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado. Neste sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social. A ética é construída por uma sociedade com base nos seus valores históricos e culturais. Do ponto de vista da economia solidária, a ética está baseada num conjunto de valores, dentre os quais destacamos a cooperação, a solidariedade, a justiça social, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade e aos direitos da natureza.

diferentes aspectos precisam estar presentes, dos quais destacamos os mais relevantes identificados nas pesquisas: o exercício da ética da economia solidária, o sentimento de "pertença" e o exercício da coordenação das atividades de gestão.

Os dois primeiros aspectos andam de mãos dadas, ou seja, quanto mais a ética da economia solidária é exercitada, mais o sentimento de pertencimento ao coletivo aumenta. Esta é inclusive uma das temáticas mais exploradas nas pesquisas e aparece em todas elas, ressaltando

importantes questões diferentes a serem refletidas. Quando falamos de ética da economia solidária, refletimos o que o movimento de economia solidária afirma no relatório final de sua V Plenária, página 33, realizada em 2012, no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):

"A antiga ideologia já provou que é falha, e uma nova cultura se mostra necessária. Na atual cultura política, o que observamos é a privação do conhecimento, a falta da democracia real, a imposição da mídia. A cultura política atual é baseada na especialização, na padronização e no individualismo. Na Economia Solidária queremos construir uma cultura política que reflita uma nova ideologia, baseada na justiça social e centrada no ser humano. Queremos construir uma nova cultura política, socioambiental, uma política sincera, sem corrupção. Para isso, precisamos ter uma mudança de atitude, pela necessidade de enfrentamento ao capitalismo, exigindo a implantação de um projeto político fundamentado nos valores do bem viver: cooperação, solidariedade, autogestão, na democracia, igualdade, justiça social, econômica e ambiental."

Nas reflexões produzidas pelas pesquisas, o principal aspecto a realçar é que o empreendimento econômico solidário é muito importante para diferentes perfis de pessoas que são excluídas, por diferentes razões, em nossa sociedade. É o caso, por exemplo, das mulheres, como se nota nos trechos a seguir, Retirado do Relatório de pesquisa da CCAPAR, página 8:

"Conhecer a cooperativa foi muito importante para mim, destacou a artesã Maria Cristina Cruz de Moraes, 50 anos, pois estava chegando a Parnamirim, após um processo de separação conjugal, e precisa urgente de um novo círculo de amizade, ocupar seu tempo com algo que gostasse de fazer, gerar renda, pois tinha saído do relacionamento sem bens materiais, tendo que depender dos seus dois únicos filhos.

Que aparecem no Relatório de pesquisa O fazer autogestionário por mulheres: a experiência com a autogestão da produção e comercialização no Parque Genibaú, página 5 "Antes de virem a participar dos EES eram mulheres comuns, invisíveis, frágeis e vítimas do machismo e da exclusão social. Ou seja, foi a participação nesses grupos que trouxe a autoestima"

É o caso também das pessoas idosas na pesquisa *Fortalecendo a autogestão das mulheres da CCAPAR*, como afirma o relatório em sua página 9:

"As empresas não querem pessoas doentes e idosas. Hoje, eu que digo, não quero e não aguento mais trabalhar oito horas como trabalhava antes, sob pressão. E sobre os conflitos vamos trabalhando para que um dia eles sejam resolvidos. Sou uma das cooperadas que já sofreu violência doméstica e venho tentando me recuperar. Acho importante a CCAPAR se preocupar com esse tema, muito polêmico e muito presente na vida das mulheres, e quem já sofreu sabe o trauma e o desgaste físico e psicológico que fica para sempre em nossa vida."

A construção da autoestima das participantes do empreendimento é essencial para que esse sentimento de pertencimento se desenvolva. Para além disso, percebemos de novo aqui a referência à organização comunitária e aos laços de reciprocidade. Mulheres, jovens e idosos têm vivido situações de violência, descaso, marginalização, discriminação, exploração e invisibilidade e, normalmente, encontram nos laços comunitários os vínculos necessários para estabelecer suas condições de vida, suas redes de trabalho, de acolhimento e cuidados. Na economia solidária, os laços de afetividade se desenvolvem entre as e os integrantes, o que facilita o apoio mútuo, a busca de objetivos comuns e a necessidade de construir um empreendimento de maneira mais coletiva. Além disso, é importante destacar que a existência de diálogos coletivos no território reforça os laços com a comunidade, a identidade de cada membro com os empreendimentos e destes com o seu entorno. É o que nos mostra o exemplo da Rede Sabor Natural do Sertão (RSNS) nas discussões realizadas acerca do debate sobre a criação da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga, chamada simplesmente de Central da Caatinga, como registra o relatório de pesquisa da RSNS, página 10:

"A criação da Central da Caatinga [é vista como] de grande importância, um novo espaço que se conquista, mas que não substitui a RSNS por ter um papel fundamental de articulação sociopolítica e cultural e de referência afetiva construída, sobretudo, entre os diversos grupos produtivos, cooperativas, associações, ONGs, articulações, organismos da igreja católica e grupos informais que compreendem o território Sertão do São Francisco."

Finalmente, ainda no que se refere aos aspectos de transformação individual, existe o exercício da liderança. Há uma grande dificuldade neste exercício por vários motivos, que elencamos a seguir a partir de trechos dos relatórios da pesquisa-ação. O primeiro deles é a dificuldade de dividir tarefas, sobretudo se considerarmos que as e os participantes dos empreendimentos são trabalhadoras e trabalhadores em busca de sobrevivência e, na maior parte das vezes, sem experiência nas tarefas de coordenação e gestão. Os resultados da pesquisa da Rede Sabor Natural do Sertão, por exemplo, apontam essa problemática de forma clara, ao indicar que "Os grupos de beneficiamento só têm essa renda além do Bolsa Família. Por isso poucos grupos participam das formações, ou seja, sempre são as mesmas pessoas para tudo", segundo o relatório de pesquisa, na página 8.

E eles seguem afirmando que essa dificuldade na coordenação das atividades de gestão é ainda mais complexa para as mulheres, que têm mais dificuldade de assumir um lugar público por estarem historicamente vinculadas ao interior da casa, ao doméstico, à vida privada e de submissão social herdada dos valores de nossa sociedade patriarcal. Além disso, quando assumem tais funções, acabam fazendo-o a partir da reprodução da sua vivência, ou seja, das relações autoritárias de poder às quais estão submetidas, tendo dificuldades para criar canais de gestão democrática nos empreendimentos. É o que nos mostra outro trecho do relatório da pesquisa realizada na Rede Sabor Natural do Sertão, na página 11:

"O que aqui não podemos esquecer de registrar é o despertar do empoderamento feminino nos empreendimentos solidários que começou a aflorar, mas ainda precisa ser mais trabalhado, pois muitas mulheres não conseguiram vivenciar o seu papel, assumindo politicamente a direção/coordenação das organizações de que fazem parte. O fato de estar enquanto grupo produtivo não é o suficiente para se perceber dentro da ação política. Muitas vezes continuam repassando para os homens funções de liderança porque não se sentem capazes e/ou capacitadas. E é bom dizer que existem mulheres já empoderadas, muitas vezes, centralizando poder, que não compartilham conhecimento, repetindo 'ações machistas'."

Outra problemática enfrentada é que o exercício da coordenação das atividades de gestão exige a construção de fortes laços de confiança entre os membros dos grupos. Esses laços são de mão dupla, ou seja, partem dos participantes para a liderança e vice-versa. Na CCAPAR, um dos elementos encontrados na problemática enfrentada pelo grupo foi a quebra de confiança, em função de postura equivocada da liderança, de acordo com o relatório de pesquisa Fortalecendo a autogestão da CCAPAR, página 7:

"Houve um relaxamento da gestão por um período de 2013, onde uma das cooperadas, com intenção não muito louvável, passou a terceirizar mão de obra de costureiras não cooperadas em benefícios próprios, usando as instalações da cooperativa sem contribuir com o percentual aprovado em assembleia."

O relato acima demonstra o quanto ainda são necessários processos educativos que contribuam para consolidar a ética da economia solidária. As associadas e os associados que exercem uma atividade de coordenação têm papel ainda mais importante quando se trata de garantir as condições de democracia e transparência no empreendimento. Um fato como o relatado acima pode quebrar

a confiança dentro do grupo, muitas vezes de forma irreversível, prejudicando não apenas a coordenação que agiu de forma equivocada, mas também as próximas que irão assumir.

Finalmente, destacamos um trecho da pesquisa realizada com as organizações no Parque Genibaú, em Fortaleza:

"[...] o envolvimento para avançar nos trabalhos sempre foi deixado de lado, por um motivo ou outro, como por ex., 'não sei fazer' ou 'não tenho tempo'. Tanto é que a produção coletiva que antes o Passo Firme tinha caiu no esquecimento, e na COOPFIRME algumas só apareciam para ações pontuais, sem um maior envolvimento de organização do empreendimento. Esse sentimento de responsabilidade para a maioria delas estaria concentrado somente na coordenadora/diretora da organização. Não é de se estranhar, pois é como ocorre na maioria dos grupos, onde o/a coordenador/a é quem resolve, organiza e faz acontecer, e também como o formato de empresas, onde existe um chefe que é responsável por toda e qualquer mudança, inclusive providenciar os salários dos funcionários."

Este é, efetivamente, outro risco importante: o fato de a coordenadora ou coordenador se transformar na "dona ou dono do empreendimento", reproduzindo a lógica capitalista de organização e gestão. Esse tipo de postura é prejudicial ao empreendimento, pois gera uma acomodação dos que não se propõem a assumir esta função e, ao mesmo tempo, faz com que a coordenadora e o coordenador concentre as decisões sem partilhá-las com as e os demais participantes. Para além disso, quando da existência de uma coordenação deste tipo, o que acaba acontecendo é, como mostra a pesquisa, um processo de reprodução do modo de funcionamento das empresas capitalistas, onde o que existe é a heterogestão. Henrique Novaes e Mariana Castro nos ajudam a refletir sobre este ponto ao elaborar, em 2011, a seguinte síntese:

Heterogestão – "Gestão que é feita por pessoas que não são responsáveis pela produção. Na heterogestão as tarefas designadas ao trabalhador são fragmentadas, de forma que este não tem mais o domínio sobre o que está produzindo, e submete-se apenas a repetir um determinado número de gestos infinitas vezes. É institucionalizada também a separação entre concepção e execução do trabalho e é retirada do trabalhador qualquer possibilidade de criar, pensar ou controlar o processo produtivo em sua totalidade."

Trabalhadoras e trabalhadores estiveram submetidos à lógica da heterogestão como subordinadas ou subordinados. Como contribuir para que possam a pensar, criar e assumir tarefas de coordenação em seus empreendimentos? O debate acerca das coordenações nos empreendimentos econômicos solidários nos leva a questionar o sentido do termo "liderança", questão que está diretamente relacionada ao debate sobre autogestão e cooperação horizontal. Precisamos desconstruir a ideia de liderança e levar em consideração a existência de diferentes competências e habilidades que devem ser valorizadas em um coletivo.

Para isso, é necessário uma aprendizagem capaz de dotar o coletivo de capacidade para exercer diferentes tarefas, inclusive aquelas ligadas à coordenação dos processos. Na educação para o exercício da autogestão, buscamos quebrar o poder do saber da gestão, da produção etc. Aos poucos, procuramos ir socializando o conhecimento e criando condições para que todas e todos sintam-se preparadas e preparados para ocupar com autonomia as responsabilidades. Daí a importância de resgatar e vivenciar a educação popular em economia solidária no chão de trabalho e de vida, sendo o trabalho do dia a dia um excelente espaço de construção de conhecimentos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores.



As organizações econômico-solidárias e as relações com o sistema:

impactos na autogestão

A institucionalização e o financiamento

Finalmente, apresentamos neste caderno o último grupo de reflexões que emergiram das pesquisas, ou seja, as que se referem aos aspectos vinculados às **organizações/ coletivos materializados nos empreendimentos,** partícipes das pesquisas-ação. No tocante a este ponto, o primeiro elemento que aqui destacamos refere-se à **institucionalização e ao financiamento** desses empreendimentos. A priori diríamos que existe uma relação entre estes dois temas e autogestão. A análise realizada pelas pesquisas-ação é clara no que se refere às dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos para a formalização. Tais dificuldades são relatadas, por exemplo, pelas iniciativas dos grupos que se articulam na Rede Sabor Natural do Sertão, de acordo com o relatório da pesquisa, citadas nas páginas 7, 9 e 10 na ordem abaixo:

"Desde o início apoiamos a criação, mas não conseguimos nos tornar uma cooperativa que exige minimamente 20 pessoas e 03 associações."

"Somos parte da Rede. Só que nesse momento não podemos fazer parte da Central da Caatinga porque não estamos regulados para nos associar. A Coopervida ainda não se tornou uma pessoa jurídica por conta da burocracia da Junta Comercial, que desestimula colocando muitos empecilhos, além do valor do registro que é muito alto. Inclusive, percebemos que a Junta dificulta fazer aprovação de cooperativas voltadas para a agricultura familiar. E nós não vamos atrás de parlamentares para facilitar".

"Para os membros participantes da Rede Sabor Natural Sertão, RSNS, com os quais fizemos contato, a formalização dos empreendimentos solidários é algo que ainda precisa ser mais amadurecido, inclusive respeitando o 'tempo' dos agricultores

familiares, que é fruto da dinâmica vivida nas comunidades rurais, bem diferente do tempo das assessorias e técnicos que, no geral, cumprem metas."

> Esses trechos do relatório da pesquisa trazem várias questões importantes no que diz respeito à institucionalização, que têm relação, por sua vez, com as dificuldades de implantação dos processos de autogestão. No caso da Rede, a formalização de cada iniciativa é condição importante não apenas para a formalização da Central da Caatinga, mas também para a obtenção de financiamentos. Porém, as dificuldades elencadas pelas e pelos participantes são reais, e os custos, na maior parte das vezes, não são condizentes com sua realidade. O relato explicita, ainda, algo muito importante: o descompasso entre o tempo das assessorias e o tempo das iniciativas econômicas solidárias nesta questão. Normalmente, a cabeça das assessorias está voltada para a construção do mercado, na boa intenção de fazer os resultados financeiros acontecerem. Porém, nem sempre elas estão preocupadas em dialogar com as e os participantes para saber se elas e eles estão dispostas e dispostos a arcar com as mudanças e desgastes culturais, familiares, espirituais e afetivos que muitas vezes são acarretados por essa lógica. Pensar na produção local de qualidade, voltada para as demandas comunitárias, ressignificando o próprio conceito de mercado, muitas vezes passa longe de suas preocupações.

> Os exemplos apresentados nos indicam outro importante elemento para a reflexão que trazemos a este caderno. O sucesso da autogestão está também vinculado às possibilidades concretas que a iniciativa coletiva tem de proporcionar avanços para cada pessoa, na sua singularidade e anseio individual. A recíproca, porém, é também verdadeira. Enquanto o coletivo não avança, os indivíduos não se sentem seguros para se lançar na iniciativa, e enquanto os indivíduos não se lançam, desde uma lógica solidária, a iniciativa coletiva não avança. Este é um dilema crucial. As iniciativas que o percebem já possuem metade das chances de consolidar

suas estratégias de ação. Mais uma vez, podemos afirmar que o melhor caminho para encontrar este equilíbrio é o diálogo e a autogestão, de modo que nada fique debaixo do tapete e que tudo seja dito de forma fraterna, capaz de gerar aprendizagens para a transformação de cada pessoa e do conjunto de pessoas.

A institucionalização das iniciativas nos remete a outra questão, vinculada à transformação mais ampla do Estado e das políticas públicas no que se refere ao marco regulatório existente para os empreendimentos econômicos solidários. Enquanto o marco regulatório da economia solidária não existir, na perspectiva de respeitar suas necessidades e especificidades, a adaptação dos empreendimentos ao quadro legal existente significará sempre um sofrimento, pois estes não possuem as mesmas condições e estrutura que as empresas capitalistas estruturadas de acordo com a legislação vigente.

A questão do marco regulatório é também importante quando falamos nos aspectos de funcionamento interno da vida das iniciativas. A elaboração de um conjunto de normas internas, mesmo que não necessariamente transformadas em regimento, é essencial para o bom funcionamento do grupo e, normalmente, é um dos primeiros passos para a consolidação da autogestão. Neste caso, a pesquisa realizada em Sergipe com as canoeiras e canoeiros das Tototós é a nossa referência, pois a ação central desenvolvida pela pesquisa foi a criação de regras de funcionamento para o grupo, como revela o relatório da pesquisa na página 2:

"Objetivamente, os problemas citados começaram a ser vistos a partir da necessidade de construir um documento que regimente nossas atividades, criação de regras internas, pois há 26 anos que existe a APCBC, nunca foi criado um regimento registrado para que fortaleça nosso trabalho voltado a direitos e deveres dos donos, tripulantes, e tem sido complicado e difícil desenvolver o trabalho diário por falta de regras."

Toda a pesquisa-ação realizada junto às canoeiras e aos canoeiros das Tototós foi voltada à criação de regras mínimas de convivência com o grupo. A partir de quatro questões-temas, a educadora popular, sentipensante, responsável pela problematização, soube trabalhar com as canoeiras e canoeiros no sentido de elaborar tais regras. A partir da divisão do grupo em quatro equipes de trabalho, houve todo um processo de construção de regras que depois foram discutidas coletivamente. Vejam as questões-tema a partir das quais as canoeiras e canoeiros trabalharam a criação de regras de funcionamento para o grupo:

- **Equipe amarela** Quais os deveres/obrigações das popeiras e popeiros e comandantes no local de trabalho? Quais os problemas e soluções?
- **Equipe verde** Pensando na passageira e no passageiro e no trabalho em geral
- **Equipe rosa** Relações trabalhistas e contribuições: proprietária ou proprietário e tripulantes
- **Equipe azul** Formas de comercialização no porto e em eventos

Outro caso interessante, mas no qual não houve efetivamente um trabalho de criação de regras durante o processo da pesquisa-ação, foi a pesquisa realizada com a CCAPAR, no Rio Grande do Norte. Na reflexão da pesquisa-ação, o grupo indica que, após a formalização, houve melhoria no rendimento de suas/seus integrantes, porém, foram indicadas também algumas questões relativas às dificuldades enfrentadas pelas cooperadas em função da ausência de regras internas de convivência, apesar da formalização, tal como podemos ver no seguinte trecho do relatório da pesquisa, na página 12:

"A não participação de todas as cooperadas nas reuniões; falta de uma boa comunicação; problemas na organização interna, gestão e produção; as artesãs realizarem boa parte do trabalho produtivo em suas casas; o não pagamento da contribuição financeira; não tem regimento interno." E a pesquisa-ação contribuiu

com o grupo neste aspecto. A partir da reflexão feita neste processo, um primeiro conjunto de ideias indicou os aspectos que deveriam estar presentes na criação de normas internas de funcionamento do grupo:

"Respeitar umas às outras; dialogar; ter mais união; cooperação; compreensão; buscar discutir com cautela e respeito assuntos referente à cooperativa, observando os momentos adequados; saber lidar com as questões familiares; elaborar um regimento interno que contenha direitos e deveres das cooperadas, como também advertência pelo não cumprimento dos deveres; capacitação em organização social e econômica; atualizar o estatuto da cooperativa; fazer um resgate do surgimento da cooperativa no intuito de possibilitar um momento onde as cooperadas sintam-se pertencentes à história da CCAPAR, ampliar parcerias."

Finalmente, apesar de não ter sido uma experiência muito exitosa, é importante destacar a reflexão feita pelo grupo Mãos na Massa, em conjunto com a pesquisadora e o pesquisador sobre a criação de um fundo indivisível no estatuto da cooperativa. Este fundo seria destinado a "reparar perdas e atender o desenvolvimento da Cooperativa, assim como reservar 5% (cinco por cento), para ações sociais e desenvolvimento comunitário, e 2% (dois por cento), destinado à assistência ao associado, escolaridade, capacitação, formação etc.", de acordo com o relatório de pesquisa do Mãos na Massa, página 10. Neste caso, gostaríamos de destacar dois pontos importantes. O primeiro é que, mais uma vez, o vínculo comunitário e social aparece na reflexão como algo importante para o fortalecimento da autogestão. No entanto, a pesquisa indica um elemento fundamental no processo de consolidação de regras internas em qualquer grupo de autogestão, apontado pelo grupo Mãos na Massa como ponto negativo da vivência em autogestão. Sobre essa questão, o relatório afirma, na mesma página acima citada, que "embora tenham constituído este fundo de reserva, não se deram

conta da importância que o mesmo tem ou deveria ter para os/as cooperados/as". Essa reflexão indica que um trabalho de educação para a cooperação é essencial para que as regras internas, após sua criação, sejam internalizadas e vividas por todas e todos. Sem esse trabalho, observamos que as regras caem no vazio e não são aplicadas pelo conjunto das/dos participantes do empreendimento.

Planejamento, monitoramento e avaliação das atividades

Finalmente, um aspecto a ser evidenciado, salientando que o mesmo não apareceu de forma explícita nos relatórios, mas ao mesmo tempo passou por todo o conteúdo dos mesmos, é o **planejamento, monitoramento e avaliação das atividades**.

Este é um dos aspectos mais importantes da construção da autogestão. Não é possível pensar em autogestão sem pensar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações. Porém, também neste aspecto precisamos refletir o que o sistema capitalista destituiu das trabalhadoras e dos trabalhadores: a capacidade de pensar de maneira estratégica e a longo prazo, avaliando e corrigindo rumos para alcançar os sonhos almejados. E por quê? Normalmente, no sistema capitalista, estas são atividades atribuídas a gerentes ou especialistas, mas, no caso do trabalho autogestionário, é preciso que se volte a pensar sobre o próprio trabalho, refletindo sobre a própria ação e corrigindo rumos. Porém, isso muitas vezes se choca com o imediatismo dos grupos e do ativismo das militâncias. Este é um momento muito educativo de exercício da autogestão, que pode favorecer muitas aprendizagens, pois, uma vez que as pessoas são chamadas a pensar sobre o seu trabalho, e não apenas a executar tarefas, elas conseguem dar o pulo do gato, ou da gata, para a construção da autogestão. Com isso o trabalho deixa de ser alienado e a trabalhadora e o trabalhador ganha autonomia

na construção da autogestão. Um exemplo é a reflexão feita sobre *As práticas de autogestão do GREPS*, segundo o relatório de pesquisa, na página 4:

"Em reflexão sobre o processo de gestão, é evidente que essa se dava de forma coletiva e autogestionária, mas sem a sistemática necessária para garantir a continuidade da experiência. Tal gestão é mais evidente no núcleo dos próprios grupos, comunidades e famílias, que executam suas tarefas a partir de práticas coletivas e encaminhadas por todos."

No entanto, o maior desafio é construir estratégias condizentes com a democracia interna inerente às organizações da economia solidária. O mais comum é que os grupos importem e reproduzam, às vezes sem nenhuma adaptação, as estratégias construídas para as empresas capitalistas. De um lado, poucas são as estratégias de comunicação que facilitem de maneira pedagógica o envolvimento de todas e todos para que a partilha de informações ocorra de maneira democrática nos grupos. De outro, muitas vezes os processos de adaptação dos mecanismos não são apropriados e geram instrumentos deformados, que também não servem à realidade da economia solidária.

Porém, o trecho do relatório sobre a autogestão do GREPS evidencia uma solução inteligente para essa problemática, que se vincula à reflexão central proposta por este caderno. Por que não partir da lógica comunitária e da reciprocidade já existentes "nas comunidades e famílias, que executam suas tarefas a partir de práticas coletivas e encaminhadas por todos"? Esta reflexão é o ponto de partida para que a construção de instrumentos de gestão democrática possa ser estabelecida e consolidada pelos empreendimentos econômicos solidários. Somente eles podem saber quais suas reais necessidades e refletir sobre estratégias de gestão adequadas, debatendo sobre o significado do trabalho de cada pessoa. Este é o caminho para o fortalecimento da autogestão na economia solidária.



Que lições tiramos dessa experiência?

Como afirmamos no início deste caderno, a temática da autogestão é uma das pedrinhas no sapato da economia solidária. Muito mais do que importante, este tema é essencial para que a estratégia da economia solidária se consolide nos territórios. As pesquisas-ação revelam explicitamente a problemática, mas muito, muito mais pode ser lido nas entrelinhas das reflexões e ações realizadas pelas educadoras e educarores populares em economia solidária junto às iniciativas pesquisadas.

O que podemos concluir dessa bela experiência de mergulho em tais reflexões é que talvez o "pulo da gata" para avançar nas estratégias necessárias à autogestão seja vinculá-las às estratégias comunitárias, cuja base se dá na reciprocidade ainda vivenciada pelas famílias urbanas e rurais do Nordeste brasileiro. A cooperação e a solidariedade entre amigas e amigos, vizinhas e vizinhos, companheiras e companheiros de bairro ou de organizações de moradoras e moradores, por exemplo, já praticada, sobretudo no meio rural, deve ser ponto de partida para a proposição de soluções para as problemáticas da autogestão. A transferência de soluções da gestão gerencial da empresa capitalista, de cima pra baixo, confunde e gera insegurança, causando nas/os participantes uma sensação de incapacidade diante da realidade de suas próprias iniciativas coletivas.

Outro aspecto a ressaltar é a importância da ferramenta da pesquisa-ação para a compreensão desses processos, e mesmo para contribuir na formulação dessas propostas. As educadoras e os educadores populares em economia solidária demonstraram muita sensibilidade e maturidade, inclusive em função da sua origem como partícipes do movimento de economia solidária, no encaminhamento metodológico e nas reflexões realizadas. O exercício da escrita dessas reflexões parece ainda ser um desafio, mas, para muitas e muitos delas e deles, este foi só o primeiro. Isso significa quebrar as amarras do conhecimento formal e consequir

se expor à aventura da escrita que, afinal de contas, pareceu ser muito gratificante para todas e todos. Aqui nada com desqualificar a importância e o respeito pela história oral.

Finalmente, ressaltamos a importância dessas educadoras e desses educadores para que o aprofundamento das questões aqui apresentadas aconteça. Os processos de educação popular em economia solidária são condição necessária para existência que a autogestão aconteça, sobretudo numa perspectiva da reciprocidade. Construir ferramentas de autogestão desde o chão do trabalho, e na perspectiva da gestão comunitária, é um objetivo que temos que nos colocar enquanto movimento de economia solidária. Temos a responsabilidade de promover o debate e a ação pública, essenciais à consecução deste objetivo, sem o qual não conseguiremos avançar na estratégia da economia solidária em nossos territórios.

Referências

Adriana de Jesus Brito Aquino COSTA; Aline Alves Soares SANTOS. A prática da autogestão do Fundo Rotativo Solidário da Rede Grupo Regional de Economia Popular e Solidária (GREPS). Senhor do Bomfim-BA. Relatório da Pesquisa--ação/ CFES-NE, 2016. (mimeo)

Ana DUBEUX; Alzira MEDEIROS; Mônica VILAÇA; Shirley SANTOS (Orgs.). A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste. João Pessoa: F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012. 288p.

Anysur RAHMAN; Orlando Fals BORDA. *La situación actual y las perspectivas de la investigación-acción participativa en el mundo*. Disponível em: http://www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM199694_14-20.pdf>. Acessado em: 25/03/2017.

CFES-NE. Relatório da roda de diálogo sobre autogestão. *IV Seminário Nordestino de Educação Popular e Economia Solidária*. Recife, 2016. (mimeo)

Cláudio NASCIMENTO. *Autogestão e Economia Solidária*. Disponível em: http://www.ufpa.br/

itcpes/documentos/autogestao_e_es.pdf>. Acesso em: 03/03/2017.

Cláudio NASCIMENTO Momentos e ideias decisivos para uma historia da autogestão. Disponível em: http://claudioautogestao.com.br/wp-content/uploads/2014/04/Elementos-para-uma-historia-da-autogest%C3%A3o.pdf Acesso em: 03/03/2017

David TRIPP. Pesquisa ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, set. 2005.

Eunice COSTA e Carlos PAIVA. *Trabalhando com o grupo Mãos na Massa*. São Luís – MA. Relatório da Pesquisa-ação/ CFES-NE, 2016. (mimeo).

Eric SABOURIN, Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

FBES. Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2012. Disponível em: http://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/ >. Acesso em: 03/03/2017.

- Gizeli Maria de OLIVEIRA e Lise Maria Braga GUI-MARÃES. Estratégias de Organização em Rede. Canudos, Uauá, Curaçá Paulo Afonso e Juazeiro – BA. Relatório da Pesquisa-ação/ CFES-NE, 2016. (mimeo)
- Henrique T. NOVAES; Mariana CASTRO. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: Édi A. BENINI; Maurício SARDA DE FARIA; NOVAES, H.T.; Renato DAGNINO. (Orgs.). Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- Karl POLANYI. A grande transformação as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980. Tradução de Fanny Wrobel.
- Lia TIRIBA, Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. *Cadernos Cedes*. Campinas, v.27, n.71, p.85-98, jan./abr. 2007.
- Luís RAZETO. Empresas de trabajadores y economía de mercado. Santiago de Chile: Programa de Economía del Trabajo (PET), 1991.
- Luís RAZETO. Los caminos de la economía de solidaridad. Santiago de Chile: Vivarium, 1993.

- Maria da Conceição Nunes ALMEIDA. *As Tototós:*experiências e práticas de economia solidária.

 Barra dos Coqueiros, território de Bacia Hidrográfica dos rios Sergipe e Japaratuba SE.

 Relatório da Pesquisa-ação/ CFES-NE, 2016.

 (mimeo)
- Maria Katiana Barbosa da Silva e Ana Paula dos Santos. Fortalecendo a autogestão das mulheres da Cooperativa de Costureiras e Artesãs de Parnamirim (CCAPAR). Parnamirim- RN. Relatório da Pesquisa-ação/ CFES-NE, 2016. (mimeo)
- Michel THIOLLENT. *Metodologia da Pesquisa Ação*. São Paulo: Cortez Editora – Atores Associados, 1986.
- Paulo FREIRE. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro:
 Paz e Terra, 2011.
- Paul SINGER. *Globalização e desemprego*: diagnóstico e alternativas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- Paul SINGER. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Paul SINGER. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de SOUZA SANTOS (Org.) *Produzir para viver*. Os cami-

nhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Paul SINGER. Economia Solidária. In: Antonio David

CATTANI. *A outra economia*. Porto Alegre: Ed.

Veraz, 2003, p.116-125.

Rosiana QUEIROZ e Isabel Cristina FORTE. O desafio da autogestão da produção e comercialização da Associação de Mulheres Passo Firme e da Cooperativa de Confecção de Artefatos Têxteis Passo Firme (COOPFIRME) no território Parque Genibaú. Fortaleza- CE. Relatório da Pesquisa-ação/ CFES-NE, 2016. (mimeo)

FONTE The Mix e Hernandez Niu **PAPEL** Couché fosco 90 g/m²

